AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 44 | Nº 06 | JUNHO 2024



RIO GRANDE DO SUL

OS IMPACTOS DA TRAGÉDIA QUE NÃO PODE SE REPETIR

FGV | CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

LEITE INCERTEZAS PAIRAM SOBRE O MERCADO EM 2024

PARCERIA FGV-CHINA COOPERAÇÃO EM PROL DO AGRO SUSTENTÁVEL

DESCARBONIZAÇÃO NA CANA ACORDO HISTÓRICO ENTRE FORNECEDORES E USINAS



30 ANOS DE DEDICAÇÃO AO AGRO BRASILEIRO

Se o agronegócio brasileiro hoje alcançou um patamar de protagonismo global, esse resultado se deve ao trabalho realizado por todas as pessoas que vivem do agro, com o agro e para o agro.

A ABAG continuará em sua missão de defender as demandas do nosso setor, auxiliando em seu desenvolvimento sustentável, estimulando a criação de novas tecnologias, fomentando novas parcerias, sendo o interlocutor entre os diversos stakeholders, elaborando propostas e projetos para que o agro se mantenha competitivo e sustentável.

abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

30 ANOS
PELO DESENVOLVIMENTO DO AGRO

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Vogais: Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Ermírio de Moraes Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Almirante Luiz Guilherne Sá de Gusmão, Antonio Monteiro de Castro Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

CONSELHO CURADOR
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), General Sergio Westphalen Etchegoyen, IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), João Alfredo Dias Lins (representante da Klabin Irmãos & Cia), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ricardo Oberlander, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela)
Suplentes: Almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, Alvaro Toubes Prata, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Guilherme Ary Plonski, Heloi José Fernandes Moreira, Istvan Karoly Kasznar, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Sandoval Carneiro Junior, Tenente Brigadeiro-do-Ar Jeferson Domingues de Freitas

Diretor da FGV IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Guilherme Bastos, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues, Sérgio Bortolozzo e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editores-executivos: Evandro Faulin e Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Coordenação de Produção: Karina Souza
Capa: Isabella Lima e Marcela Pereira Lima
Arte e Diagramação: Alexandre Monteiro
Revisão e Edição Textual: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Ana Caroline Teshima
Publicidade e Comercial: Ana Caroline Teshima
Estagiários: Diogo Francisco Mendonça Guerra e Michel Wachsmann

Av. Paulista , 542 - 3º andar | São Paulo, SP
Tel.: (11) 3799-3645

agroanalysis@fgv.br

Leia as edições anteriores da ***Agroanalysis***:

PATROCÍNIO

ABIOVE
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

BASF
We create chemistry

abag

unica

agroceres MULTIMIX

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

CATÁSTROFE DO RIO GRANDE DO SUL NÃO PODE SE REPETIR

DIANTE DAS recentes enchentes que assolaram o estado do Rio Grande do Sul, é imprescindível destacar não apenas a devastação humanitária, mas também os sérios impactos econômicos que essa tragédia acarreta. Como uma das principais economias do País, o estado gaúcho desempenha um papel crucial no cenário nacional, especialmente no universo agro.

Levando em conta as atividades "dentro da porteira", o Rio Grande do Sul ocupa a segunda posição em participação no Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário, correspondendo a 12,7% do total. Adicionalmente, a agroindústria gaúcha é a terceira mais importante, representando 11,5% do total.

As inundações afetaram severamente a produção agrícola do estado, com perdas significativas em cultivos como arroz, trigo e soja, além de impactarem diretamente a vida dos agricultores e pecuaristas locais. Esses desafios demandam não apenas uma resposta urgente para lidar com as consequências imediatas, mas também um esforço coordenado para reconstruir infraestruturas e promover a recuperação econômica e social da região.

O cenário global e doméstico continua complexo, com diversos fatores influenciando a economia brasileira: as tensões geopolíticas (guerras e conflitos internacionais) ainda impactam os preços das *commodities*; a inflação segue como um dos maiores desafios, com o mercado aumentando a previsão do ano para 3,88% (pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA –, segundo o boletim Focus), mas ainda dentro do intervalo da meta do Banco Central do Brasil (BCB); a Selic deve fechar o ano em 10%, ou seja, ainda na casa de dois dígitos; e o câmbio deve se manter volátil, mas a expectativa ainda é de que fique próximo de R$ 5,00 até dezembro próximo. Para apimentar o cenário, teremos as eleições municipais no Brasil e presidencial nos EUA no segundo semestre, além das incertezas sobre o rumo da política monetária norte-americana. Assim, o empresário rural deve avaliar cuidadosamente as suas necessidades e condições financeiras antes de tomar crédito e prestar atenção na gestão da venda da produção.

Nesta edição, destaca-se, também, o recente acordo entre fornecedores de cana-de-açúcar e indústrias de etanol sobre a divisão da receita dos créditos de descarbonização (CBios), que marca um avanço importante no RenovaBio. Essa iniciativa oferece incentivos financeiros para os produtores adotarem a certificação com dados primários (auditados com levantamentos a campo), o que pode impulsionar os ganhos para ambas as partes e promover práticas mais sustentáveis na produção de biocombustíveis. A mudança proposta tem o potencial de aumentar a oferta de CBios e contribuir para uma maior descarbonização do setor, além de abrir portas para a participação do etanol em programas e políticas públicas voltados para a sustentabilidade.

Ainda na linha da sustentabilidade, distingue-se um projeto desenvolvido pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) e pela Chinese Academy of Agricultural Sciences (CAAS) com apoio da The Nature Conservancy (TNC) que está moldando o futuro do comércio entre o Brasil e a China. Focado em entender as cadeias de valor de soja e de carne bovina, o projeto visa desenvolver sistemas de rastreabilidade e certificação para garantir a qualidade e a sustentabilidade desses produtos. Do lado da CAAS, objetiva-se entender o comportamento da demanda dos consumidores chineses. Por exemplo, em um estudo recente, descobriu-se que os chineses estão dispostos a pagar mais por carne bovina brasileira certificada, impulsionando a demanda por produtos sustentáveis. Essa revelação mostra o potencial de impactar as exportações brasileiras de soja. A parceria entre o FGV Agro, a CAAS e a TNC visa facilitar o diálogo entre pesquisadores, empresas e governos, promovendo um desenvolvimento econômico sustentável no setor agrícola.

Como último destaque de capa, abordam-se os desafios e as oportunidades para a pecuária leiteira em 2024. O ano de 2023 foi desafiador para o setor lácteo no Brasil, principalmente em relação às margens de lucro. A rentabilidade do setor foi pressionada pela queda no preço do leite, resultado de um volume elevado de importações. A política de pagamento por leite favorece os grandes produtores por meio de bonificações por volume, resultando em preços significativamente mais altos para eles em comparação aos pequenos produtores, acelerando a consolidação no campo. Apesar da incerteza que ainda envolve este ano, uma diminuição nas importações ajudaria a equilibrar a oferta e a demanda. Adicionalmente, a expectativa de custos de produção mais baixos oferece uma perspectiva positiva para os pecuaristas. Em meio a essas mudanças, a rentabilidade e a eficiência tornam-se cruciais para a sobrevivência dos produtores de leite. ■

04 EDITORIAL

06 AGRODROPS

14 CONTEÚDO EM FOCO

CAPA TRAGÉDIA CLIMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL

21 SUSTENTABILIDADE

21 CAPA CRÉDITOS DE DESCARBONIZAÇÃO E A EFICIÊNCIA AMBIENTAL NA PRODUÇÃO DE CANA

25 MERCADOS & NEGÓCIOS

25 CAPA LEITE: RENTABILIDADE MAIS APERTADA PARA PEQUENOS PRODUTORES

28 BALANÇO GLOBAL APERTADO E PREÇOS FIRMES PARA O TRIGO EM 2024

31 EXPECTATIVA DE EXPANSÃO NA CULTURA DE AMENDOIM

34 CAPA A EXPANSÃO DA CLASSE MÉDIA CHINESA E A RELAÇÃO BRASIL-CHINA

37 POLÍTICA AMBIENTAL

37 DESASTRES CLIMÁTICOS E PLANOS DE ADAPTAÇÃO

40 A COP 30 E O FUTURO DA AGRICULTURA TROPICAL BRASILEIRA

52 FAESP

ALTERNATIVAS PARA AMPLIAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

43



ABISOLO

CONVERTENDO DESAFIOS EM OPORTUNIDADES: EXPECTATIVAS PARA OS FERTILIZANTES ESPECIAIS

47



AGROCERES

ESTRUTURA E LOCAL DO COCHO: DETALHE OU OBRIGAÇÃO?

50



COOXUPÉ

BALANÇO DE 2023: COOXUPÉ DISTRIBUI MAIS DE R$ 100 MILHÕES PARA COOPERADOS

53 PRODUZIR

A MODERNIZAÇÃO DA LEI DOS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

54 OPINIÃO

APOIO TÉCNICO PARA RECONSTRUIR A AGRICULTURA GAÚCHA

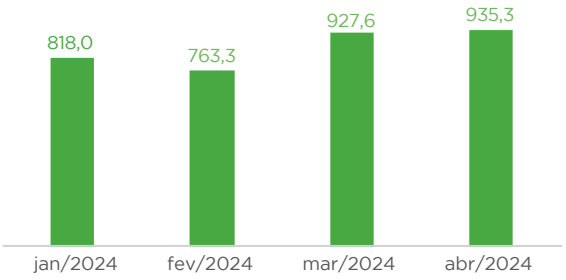
55 REFLEXÃO

BANCO CENTRAL, O AGRO E O FUTURO

EXPORTAÇÕES DE CAFÉ ATINGEM RECORDE

Em abril último, segundo o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ), o País exportou um recorde de 4,222 milhões de sacas de café de 60 quilos, marcando um aumento de 53,3% em comparação a abril de 2023. Esse desempenho também resultou na maior receita cambial da história, atingindo US$ 935,3 milhões. No acumulado do ano-safra 2023/24 (até abril), as exportações totalizaram 39,256 milhões de sacas – um aumento de 28,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, com receita total de US$ 7,939 bilhões (+13,3%). Os EUA, a Alemanha, a Bélgica, a Itália e o Japão foram os maiores compradores de café brasileiro nos primeiros quatro meses deste ano, com um aumento significativo em suas importações (29,4%, 64,4%, 199,5%, 42,1% e 26,3% respectivamente).

BRASIL: RECEITA DAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ
(US$ MILHÕES)

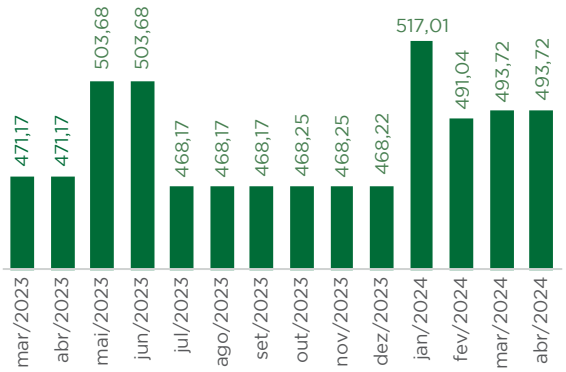


Fonte: CECAFÉ

PRODUÇÃO DE BATATA PREJUDICADA PELAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL

As enchentes no Rio Grande do Sul ocorridas no último mês impactaram as regiões abastecedoras de batata, relevantes para o mercado nacional. De acordo com pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP), a situação mais crítica ocorre em Ibiraiaras, município gaúcho que tradicionalmente inicia a colheita da safra das secas entre o fim de abril e o começo de maio. O excesso de chuvas resultou no apodrecimento de uma grande parte das batatas ainda nos campos, levando os produtores a estimarem uma quebra considerável de produtividade. Já no município de Bom Jesus, a colheita da safra das águas está quase concluída, com os agricultores focando, agora, no cultivo de batata-semente para a próxima temporada. Felizmente, a maioria dos plantios ocorre na região serrana, menos afetada pelas chuvas intensas, o que pode mitigar uma parte das perdas.

RIO GRANDE DO SUL: PRODUÇÃO DE BATATA
(MILHARES DE TONELADAS)

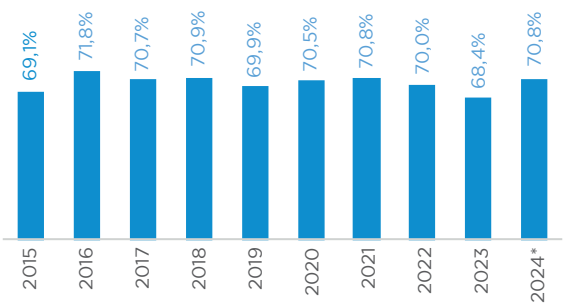


Fonte: LSPA/IBGE

IMPACTOS DAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL SOBRE AS LAVOURAS

Impactos significativos para a agricultura do Rio Grande do Sul foram trazidos pelas enchentes que assolaram a região recentemente. Conforme o monitoramento das condições da lavoura de maio último, realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), os danos afetaram, principalmente, as lavouras de arroz, soja e milho, essenciais para o agronegócio do estado e, no caso do arroz, do País. A colheita de arroz foi paralisada, com áreas substanciais ainda por colher, enquanto o milho enfrenta perdas totais em algumas partes do estado e, em outros locais, problemas como germinação prematura de grãos nas espigas. A soja, por sua vez, vem sofrendo com atrasos na colheita e deterioração na qualidade dos grãos, com perdas estimadas entre 20% e 100% dependendo da área e do estágio de desenvolvimento das plantas. As condições climáticas extremas impuseram desafios extraordinários para os agricultores.

RIO GRANDE DO SUL: PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ARROZ NO TOTAL DO BRASIL
(%)

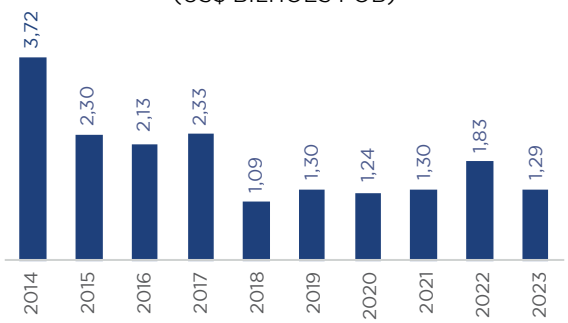


*Dados de até abril
Fonte: LSPA/IBGE

CINCO PAÍSES DA UEEA ABREM MERCADO PARA A EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE SUÍNOS

Recentemente, os cinco países-membros da União Econômica Eurasiática (UEEA) – Rússia, Belarus, Armênia, Cazaquistão e Quirguistão – abriram seus mercados para a exportação brasileira de suínos vivos. Essa abertura marca a segunda expansão comercial significativa de produtos agrícolas brasileiros na UEEA em menos de dez meses, seguindo a autorização de exportações de bovinos vivos para os mesmos países em setembro de 2023. Com essas novas oportunidades, o agronegócio brasileiro contabiliza, agora, 39 novos mercados abertos em 24 países só neste ano e um total de 117 aberturas desde 2023. Essa expansão é um fruto das missões do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que destacou que as exportações do agronegócio para a UEEA ultrapassaram US$ 1,2 bilhão em 2023, incluindo produtos como soja, carne bovina, café verde e açúcar bruto.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO PARA OS PAÍSES DA UEEA
(US$ BILHÕES FOB)



Fonte: MAPA

RESULTADO EXPRESSIVO NO AÇÚCAR

As exportações de açúcar de cana devem apresentar outro resultado expressivo neste ano, depois dos recordes na quantidade e na receita registrados em 2023. Tudo dependerá de as boas condições climáticas do ciclo anterior se manterem na safra 2024/25. No primeiro quadrimestre do ano passado, os embarques subiram para 5,17 milhões de toneladas (+110,5%) e a receita, para US$ 10,75 bilhões (+80,2%). O Brasil é o maior exportador de açúcar do mundo, representando mais de 40% do comércio mundial.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR

ANO	Milhões de toneladas	US$ milhões
2014	26,63	11,11
2015	24,24	9,30
2016	24,68	7,52
2017	28,28	11,06
2018	27,83	10,59
2019	19,86	5,83
2020	18,94	5,51
2021	27,26	9,19
2022	27,25	11,00
2023	31,43	15,38

Fontes: SECEX; Conab; MAPA

MELÃO NO MERCADO INTERNACIONAL

Os melões consolidaram a fatia de um terço da produção nacional destinada à exportação. A fruta ocupa a segunda posição nas exportações de frutas, estando atrás apenas da manga. Os principais destinos são a União Europeia, o Reino Unido e os Estados Unidos. Em ordem decrescente, o cultivo concentra-se no Rio Grande do Norte, no Ceará, na Bahia e em Pernambuco. A colheita ocorre de agosto a março, em áreas com tecnologias associadas à prática de irrigação. As projeções do MAPA apontam um aumento na produção de 644 mil toneladas, em 2023, para 829 mil toneladas, em 2033 (+28,7%).

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE MELÃO

ANO	Valor (US$ milhões)	Volume (milhares de toneladas)
2014	151,82	196,85
2015	154,30	223,75
2016	148,74	224,67
2017	162,92	223,65
2018	136,01	197,62
2019	160,31	251,64
2020	147,93	236,26
2021	165,08	257,90
2022	256,27	222,35
2023	189,11	228,17

Fonte: SECEX

ACORDO ENTRE O BRASIL E O JAPÃO PARA RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS

O Japão será o primeiro país a contribuir para o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPD). A pretensão é recuperar até 40 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade em áreas agricultáveis durante dez anos. Isso poderá dobrar a área de produção de alimentos no Brasil, sem desmatamento das áreas de vegetação nativa.

Os valores investidos serão definidos pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA, na sigla em inglês). As taxas de juros serão entre 1,7% e 2,4%, em iene (moeda japonesa), com prazos de pagamento entre 15 e 40 anos e um período de carência entre 5 e 10 anos. Ainda serão discutidos os detalhes financeiros e iniciado o relatório, com o anúncio oficial previsto para a cúpula do G20, em novembro próximo.

BRASIL LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO

Em maio último, o governo federal anunciou que o Brasil alcançou um marco histórico: o País está livre de febre aftosa sem precisar vacinar os rebanhos. No entanto, ainda é necessário obter o reconhecimento internacional da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). O Brasil planeja apresentar essa solicitação em agosto próximo e espera o resultado na assembleia geral da OIE, em maio de 2025. Atualmente, apenas alguns estados brasileiros têm o reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação pela Organização.

O reconhecimento como livre da doença sem vacinação representará o fim do ciclo de vacinação, iniciado há mais de cinquenta anos. Ao todo, mais de 244 milhões de bovinos e bubalinos em cerca de 3,2 milhões de propriedades deixarão de ser vacinados. A medida fortalece a posição do País no mercado internacional, aumenta a confiança dos consumidores e dos parceiros comerciais e dá segurança aos produtos nacionais.

ACESSE O NOSSO SITE PARA LER AS EDIÇÕES DA **AGROANALYSIS** GRATUITAMENTE: **AGRO.FGV.BR**

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS IMPORTANTES VEÍCULOS FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO.**



SÃO MAIS DE **40 ANOS NO MERCADO** GARANTINDO A **QUALIDADE DA INFORMAÇÃO** QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!

CELEBRAÇÃO DE DEZ ANOS DA IBÁ

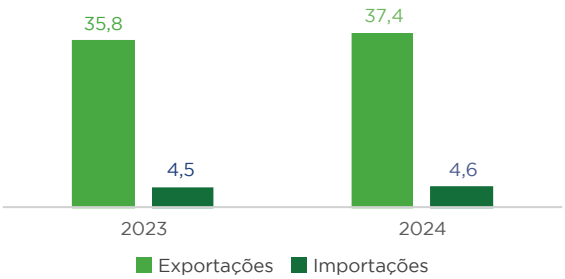
Fundada em 2014, a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) cumpre a missão de representar o setor de árvores cultivadas para fins industriais. A entidade agrupa o mesmo guarda-chuva que a Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) e a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). Compartilha, também, o espaço com a Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel) e a Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP).

O setor planta, colhe e replanta em 9,94 milhões de hectares e conserva 6,73 milhões de hectares de mata nativa. Em 2022, alcançou uma receita bruta de R$ 260 bilhões e bateu o recorde de produção ao atingir 25 milhões de toneladas de celulose, 11 milhões de toneladas de papel e 8,5 milhões de metros cúbicos de painéis de madeira. Com rigorosas certificações, a indústria consolida-se como um modelo de bioeconomia em larga escala.

RECORDE DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO PRIMEIRO TRIMESTRE

As exportações do agronegócio brasileiro atingiram um recorde de US$ 37,44 bilhões no primeiro trimestre deste ano, representando um aumento de 4,4% em comparação ao mesmo período de 2023. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo aumento de 14,6% na quantidade de produtos embarcados, o que mais do que compensou a queda de 8,8% no índice de preços desses produtos. Esse desempenho positivo derivou-se, dentre outros fatores, do aumento nas exportações de açúcar, algodão e café verde, compensando as reduções nas exportações de milho, soja em grão e óleo de soja, conforme indicado pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI/MAPA).

BRASIL: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO NO PRIMEIRO TRIMESTRE
(US$ BILHÕES)

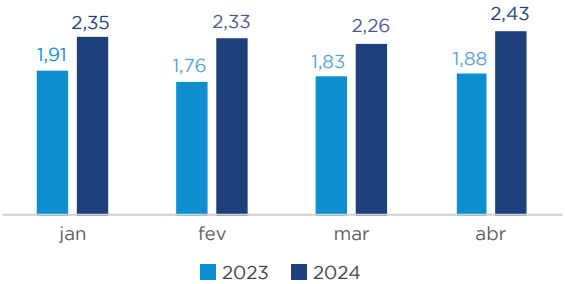


Fonte: SECEX

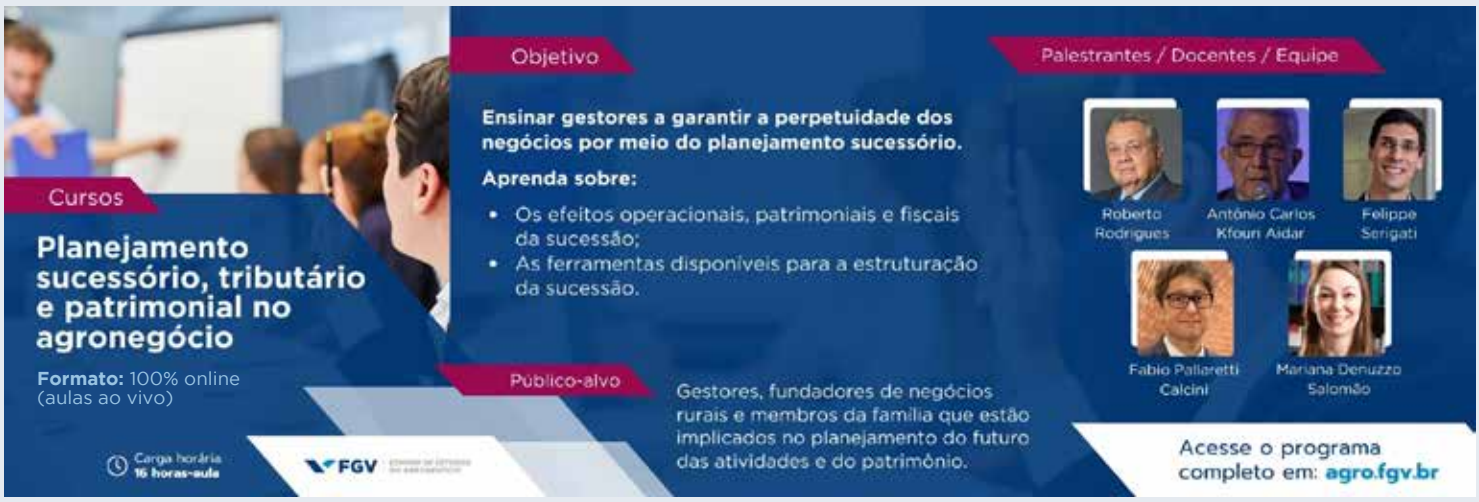
AUMENTO NO VOLUME DE ABATES DE BOVINOS REDUZ A COTAÇÃO DA ARROBA

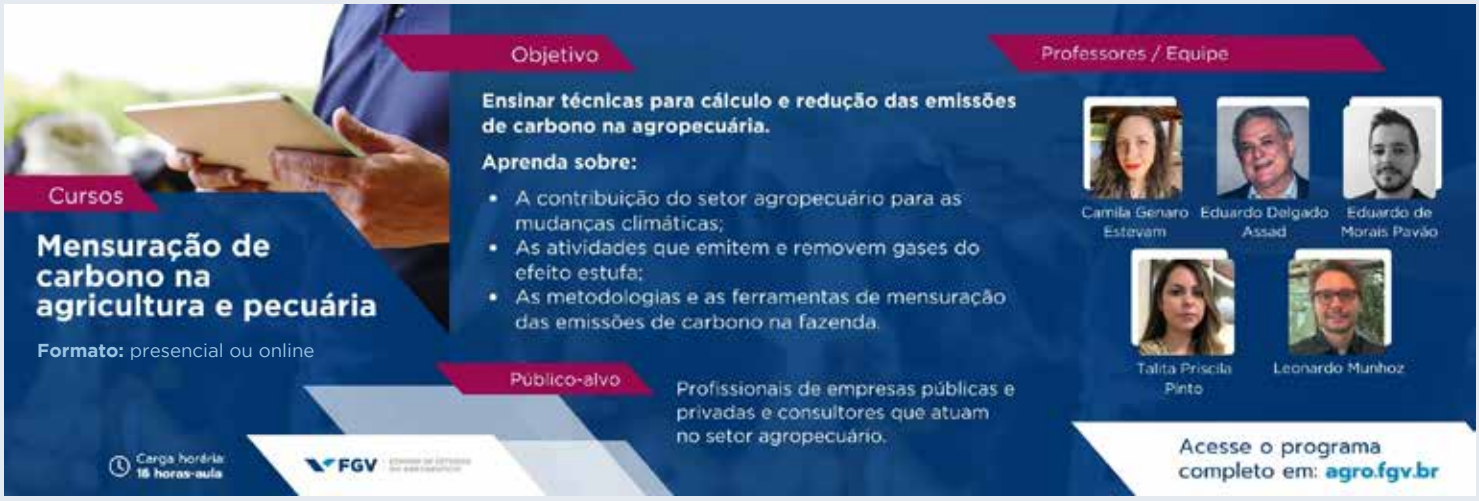
No Brasil, o volume de abates de bovinos destinados ao consumo aumentou em mais de 26% no primeiro quadrimestre deste ano frente ao mesmo período de 2023, segundo o Serviço de Inspeção Federal (SIF). Isso impactou a cotação da arroba, reduzindo-a de R$ 280 a R$ 300 para R$ 230 a R$ 240 no período. Esse aumento é resultado do crescimento na demanda interna e nas exportações, levando frigoríficos, como o de Estrela d'Oeste-SP, a expandir sua força de trabalho e tecnologia. Em Cardoso-SP, o aumento na oferta foi impulsionado pelo descarte de fêmeas e pela baixa nos preços dos bezerros, afetando diretamente os preços no mercado e indicando uma possível continuidade dessa tendência de baixa para os próximos meses.

BRASIL: VOLUME DE ABATES DE BOVINOS
(MILHÕES DE UNIDADES)



Fonte: SIF







Os três cursos têm vagas limitadas. Para se inscrever e ter mais informações, você pode acessar o link **https://agro.fgv.br/cursos** ou o QR *code* a seguir:

AGENDA DE REUNIÕES DO OCBIO NA EUROPA

Entre 6 e 14 de maio último, Talita Priscila Pinto, coordenadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV), Camila Genaro Estevam e Eduardo de Morais Pavão, pesquisadores do OCBio, estiveram em Amsterdã, Londres e Budapeste para uma agenda de reuniões com o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimento em temas da bioeconomia.

A agenda de trabalho iniciou-se no dia 7 de maio, por meio de uma reunião com a FincoEnergies e a GoodZero, em Amsterdã, na Holanda, para discutir assuntos importantes, tais como: métricas e metodologias para cálculo de emissões de gases do efeito estufa (GEE) provenientes de sistemas de produção tropicalizados; clima e adaptação da produção agrícola às alterações climáticas; e situação, oportunidades e expectativas do mercado de carbono no Brasil. Junto com as duas empresas, os representantes do OCBio buscam soluções inovadoras para reduzir a pegada de carbono, com a missão de orientar as empresas em direção a um mundo mais sustentável por meio de escolhas energéticas responsáveis.

Para conferir mais sobre esse primeiro momento da agenda do OCBio, acesse o QR *code* a seguir:

OCBIO PARTICIPA DE MESA-REDONDA NA EMBAIXADA DO BRASIL EM LONDRES

Já em 9 de maio, Talita Priscila Pinto, Camila Genaro Estevam e Eduardo de Morais Pavão participaram de uma mesa-redonda sobre bioeconomia na Embaixada do Brasil em Londres, na Inglaterra. O evento abordou os desafios envolvidos na medição das emissões e das remoções de carbono da agricultura tropical, a importância da taxonomia na valorização de iniciativas verdes, além de estratégias para garantir a segurança alimentar.

Nesse evento, reuniram-se representantes de instituições acadêmicas, *think tanks*, sociedade civil e setor financeiro para discutir as pesquisas realizadas pelo OCBio e apresentar as iniciativas brasileiras de uso sustentável da terra e bioeconomia.

No OCBio, dedicamo-nos ao avanço da pesquisa e à promoção do diálogo sobre o uso sustentável de recursos naturais no Brasil. O nosso objetivo é encontrar soluções inovadoras que equilibrem crescimento econômico com preservação ambiental.

Reforçamos o agradecimento à equipe da Embaixada do Brasil em Londres, em especial Hugo Freitas Perer e João Rafael Conde, por receber a nossa equipe, e aos presentes, pela discussão produtiva sobre sustentabilidade no setor de agroalimentos no Brasil.

Para saber mais sobre a mesa-redonda, acesse os QR *codes* a seguir:

EXTREMOS DO CLIMA NO RIO GRANDE DO SUL

Em entrevista ao programa Planeta Campo, do Canal Rural, Eduardo Delgado Assad, pesquisador do OCBio, abordou os extremos do clima e sua relação com os eventos do último mês no Rio Grande do Sul.

Segundo Assad, desde o primeiro relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), em 2007, documentava-se que os eventos climáticos extremos iriam se acentuar e se tornar cada vez mais frequentes caso não houvesse uma redução efetiva dos GEE, entendendo-se por eventos extremos as ondas de calor, as ondas de frio e o aumento de chuvas. Assad complementa que, apesar de o problema das mudanças do clima ser global, as soluções também devem ocorrer no nível local.

Por fim, o pesquisador pontua a importância de ações como a preservação e a recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs), fundamentais para a regulação de cheias e enchentes, além do cumprimento do Código Florestal brasileiro, a fim de minimizar os impactos dos eventos climáticos extremos, em face de sua intensificação.

Assista à análise completa acessando o QR *code* a seguir:

OCBIO NA 54ª ASSEMBLEIA GERAL DA ALIDE

Por fim, em 16 de maio, Talita Priscila Pinto, coordenadora do OCBio, participou da 54ª Assembleia Geral da Associação Latino-americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (ALIDE), organizada em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em Fortaleza-CE.

O encontro teve como temática central "Finanças para o desenvolvimento em face dos atuais desafios globais", dado o aumento da pobreza e das desigualdades sociais na região latino-americana. Foram abordados tópicos que permitirão o avanço em direção a um estágio mais elevado de financiamento sustentável na região, em linha com as necessidades de financiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a transformação produtiva focada em estimular produção e consumo sustentáveis. Complementam o quadro ações eficazes na promoção de investimentos de impacto que levarão a avanços na consecução dos ODS sociais.

Para mais informações sobre o evento, acesse o QR *code* a seguir:

CÓDIGO FLORESTAL: LEGISLAÇÃO COM CARACTERÍSTICAS ÚNICAS NO MUNDO

Em coluna para o programa Planeta Campo, do Canal Rural, Leonardo Munhoz, advogado e pesquisador do OCBio, aborda a evolução histórica do Código Florestal brasileiro. Explorando os seus mecanismos e inovações, Munhoz explica o que faz do nosso Código Florestal uma legislação com características únicas no mundo, colocando o Brasil em evidência, principalmente em relação à preservação ambiental, com a criação das áreas de Reserva Legal (RL).

Assista à coluna do programa por meio do QR *code* a seguir:

SHUTTERSTOCK



AGROINDÚSTRIA ACUMULOU UMA ALTA DE 1,6% NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Segundo o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), a produção agroindustrial contraiu 3,6% em março último frente ao mesmo período de 2023, representando a primeira contração, para a mesma base de comparação, desde julho de 2023. No entanto, é importante destacar que uma grande parte dessa queda não se deve a algo intrínseco ao setor, uma vez que foi ocasionada, sobretudo, pelo menor número de dias úteis – março deste ano teve três dias úteis a menos do que o de 2023, o que faz uma enorme diferença.

Porém, mesmo com o desempenho negativo em março último, a agroindústria acumulou um crescimento de 1,6% nos primeiros três meses do ano frente ao mesmo período de 2023, superando levemente o desempenho da indústria de transformação, cuja expansão foi de 1,4%. Esse crescimento da produção agroindustrial foi derivado, exclusivamente, do segmento de produtos alimentícios e bebidas, que acumulou, no período, uma alta de 3,9%. O segmento de produtos não alimentícios, por sua vez, apresentou uma contração de 1,7%.

Vale destacar que, dentro do segmento de produtos alimentícios e bebidas, a expansão foi generalizada entre os setores. Além disso, nota-se que, desde o início de 2023, o segmento vem em uma trajetória positiva e, nos primeiros meses deste ano, manteve essa dinâmica. Já o segmento de produtos não alimentícios, apesar de ter ensaiado uma recuperação, ainda não conseguiu entrar em uma trajetória de crescimento e vem sendo impactado negativamente, sobretudo, pelos setores de insumos agropecuários e de biocombustíveis.

No primeiro trimestre deste ano, a agroindústria acumulou uma expansão de 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, puxada pelo crescimento do segmento de produtos alimentícios e bebidas. Para 2024 como um todo, a projeção do cenário-base é de um crescimento de 2,0% em relação a 2023, puxado pela expansão projetada para o mesmo segmento.

No primeiro trimestre do ano, o setor de insumos agropecuários acumulou uma contração de 15,8% frente ao mesmo período de 2023. Esse setor vem sendo impactado, devido às questões climáticas, pelos atrasos na safra de verão, pelas maiores incertezas em relação à segunda safra de milho e, além disso, pela compressão da margem de lucro do produtor (por conta da supersafra de 2023, os preços dos produtos primários, de modo geral, caíram). Já o setor de biocombustíveis mostrou uma queda de 5,5%, refletindo a maior atratividade da produção de açúcar (preços mais favoráveis ao produtor) em relação ao etanol, o que incentiva a produção açucareira frente à do biocombustível.

Para 2024, a produção agroindustrial deverá crescer 2,0% frente a 2023 no cenário-base, segundo as estimativas do FGV Agro. Se isso se concretizar, será o terceiro ano consecutivo de expansão. Contudo, essa alta deverá ocorrer, exclusivamente, por conta do segmento de produtos alimentícios e bebidas, cuja projeção de crescimento é de 4,2%. Por sua vez, o segmento de produtos não alimentícios deverá registrar uma leve contração, de 0,2%.

No entanto, é importante ressaltar que, possivelmente, essas projeções serão revistas nos próximos meses. Isso deve ocorrer porque os dados utilizados nas estimativas não contam com as consequências da tragédia climática que atingiu fortemente, no início de maio último, o Rio Grande do Sul, que tem uma importante participação na agroindústria nacional.

PROJEÇÕES PARA A AGROINDÚSTRIA EM 2024 (% A.A.)

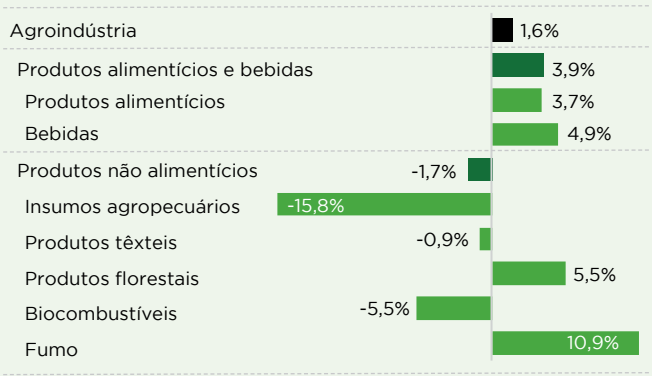
Ao levar o cenário-base em consideração, as projeções para a produção agroindustrial em 2024 são de um crescimento de 2,0% frente a 2023. Isso se deve, exclusivamente, ao crescimento projetado de 4,2% do segmento de alimentos e bebidas no mesmo cenário.

	Cenários		
	Pessimista	Base	Otimista
Agroindústria	0,3%	2,0%	2,9%
Produtos alimentícios e bebidas	3,0%	4,2%	4,6%
Produtos não alimentícios	-2,6%	-0,2%	1,1%

Fonte: FGV Agro

AGROINDÚSTRIA E OS SEUS SEGMENTOS E SETORES: VARIAÇÃO ACUMULADA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024 *VERSUS* PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023 (%)

Crescendo 1,6% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, a agroindústria superou levemente a indústria de transformação, cuja expansão foi de 1,4% na mesma base de comparação.



Fonte: FGV Agro

TRAGÉDIA CLIMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2], GUILHERME BASTOS[3]

As chuvas que atingiram o estado do Rio Grande do Sul recentemente superaram os picos históricos, gerando inundações na maioria do seu território. Quanto ao agro, entre os consideráveis impactos que o estado terá, somam-se perdas no campo e nos estoques, danos em instalações e maquinário, além de prejuízos para o escoamento das colheitas e a chegada de insumos. Será preciso recuperar a infraestrutura do estado e apoiar os produtores locais, além de investir em políticas públicas que contemplem o desenvolvimento sustentável. Em vista da relevância da agropecuária e agroindústria do estado para o País, este artigo aborda os principais produtos produzidos no estado – arroz, trigo, soja, suínos, frangos, leite e bovinos – e traça os impactos esperados para cada um deles.

ENTRE O final de abril e o início de maio último, o estado do Rio Grande do Sul foi atingido por chuvas bem acima dos picos históricos. Essas precipitações geraram fortes inundações em uma fração relevante do território gaúcho, levando 340 municípios (68,4% do total) a declararem estado de calamidade pública ou situação de emergência.

Certamente, a pior consequência dessas enchentes em nível recorde é a crise humanitária. Contudo, o impacto econômico sobre o estado também será significativo. De modo geral, espera-se que a redução da oferta de produtos do Rio Grande do Sul não gere desabastecimento, nem grandes pressões sobre a inflação brasileira. Para ilustrar, preliminarmente, o governo estadual estima que serão necessários R$ 19 bilhões para enfrentar os impactos das inundações.

Focando no universo agro, além (i) das perdas da produção nos campos e nos estoques/armazéns e (ii) dos danos nas instalações e nas máquinas/equipamentos das unidades produtivas, destacam-se os impactos sobre as estruturas logísticas, o que deverá afetar o escoamento da colheita e dificultar a entrada de insumos de produção e bens finais.

Até a situação se normalizar, será preciso recuperar a infraestrutura do estado, bem como apoiar os produtores locais. Somente assim, será possível uma retomada da relevante agropecuária gaúcha.

Além da crise humanitária que resulta das enchentes no estado gaúcho, destaca-se o impacto econômico significativo que se abaterá sobre o estado. Torce-se para que a redução na oferta de produtos não gere desabastecimento, nem grandes pressões para a inflação brasileira.

QUAL É A DIMENSÃO DO RIO GRANDE DO SUL PARA A ECONOMIA BRASILEIRA?

De acordo com as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho totalizou R$ 581,3 bilhões (6,5% do PIB brasileiro) em 2021 (último dado disponível), representando a quarta maior economia do País, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.



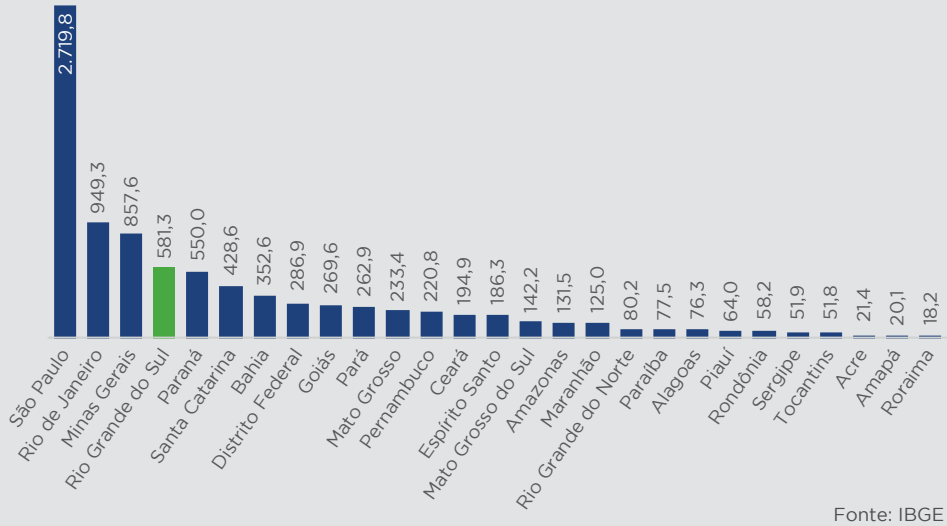
SHUTTERSTOCK

Por ser uma das principais economias do País, o Rio Grande do Sul tem uma interação significativa com as demais Unidades da Federação (UFs). De acordo com os dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), o estado gaúcho teve, em 2023, um saldo comercial deficitário com São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Amazonas e Mato Grosso do Sul. Isto é, para essas UFs, o Rio Grande do Sul apresenta-se, claramente, como um grande mercado consumidor. Por exemplo, a balança comercial entre o estado gaúcho e São Paulo foi de -R$ 39,4 bilhões no ano passado.

Ainda assim, mesmo considerando que o estado gaúcho é um importante mercado consumidor para várias UFs, ele é o principal destino da sua própria produção. Isso reforça a percepção de que o maior impacto econômico da tragédia ficará no próprio Rio Grande do Sul e, provavelmente, será reforçado pelos problemas logísticos.

GRÁFICO 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM 2021 (R$ BILHÕES)

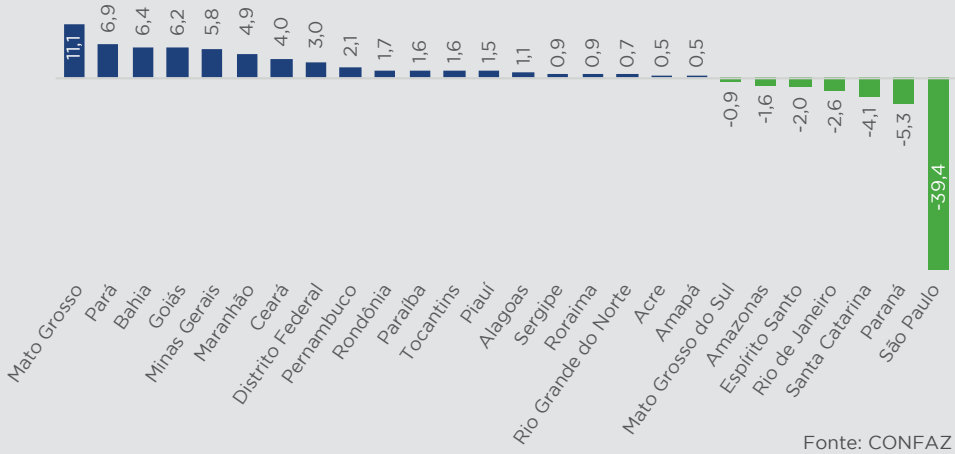
Em 2021, o PIB do Rio Grande do Sul totalizou R$ 581,3 bilhões, isto é, 6,5% do PIB nacional. Com isso, o estado gaúcho posicionou-se como a quarta economia do País, ficando atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.



Fonte: IBGE

GRÁFICO 2 – BALANÇA COMERCIAL ENTRE O RIO GRANDE DO SUL E AS DEMAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO EM 2023 (R$ BILHÕES)

Apresentando-se como um grande mercado consumidor para estas UFs, o Rio Grande do Sul terminou 2023 com um saldo deficitário com São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Amazonas e Mato Grosso do Sul.



Fonte: CONFAZ

COMO É O AGRO DO RIO GRANDE DO SUL?

Considerando a atividade "dentro da porteira", a UF gaúcha é a segunda principal em termos de PIB da agropecuária, representando 12,7% do total, ficando atrás apenas de Mato Grosso (13,5%). Além disso, em termos de Valor de Transformação Industrial (VTI), a agroindústria gaúcha é a terceira mais relevante do País, representado 11,5% do total.

Em outras palavras, a agropecuária e a agroindústria do Rio Grande do Sul têm uma grande importância para o País, e, por conta disso e devido à relevância dos produtos do setor na cesta de consumo dos brasileiros, os possíveis impactos da tragédia climática sobre o agronegócio são os que mais estão chamando a atenção dos especialistas e, até mesmo, da imprensa.

Desta forma, a seguir, serão abordados os principais produtos produzidos pelo Rio Grande do Sul, bem como serão apresentados, em linhas gerais, os impactos esperados, fazendo-se a ressalva, entretanto, de que, quando este texto era escrito, ainda havia muitas incertezas, uma vez que as inundações ainda estavam ocorrendo em alguns locais do estado e que, onde já tinha parado de chover, a água ainda não tinha sido completamente escoada.

ARROZ: PRINCIPAL PRODUTO DO ESTADO E UMA DAS LAVOURAS MAIS AFETADAS

Na agricultura, o arroz é o principal produto do Rio Grande do Sul, respondendo, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por 69,3% (cerca de 7,3 milhões de toneladas) da quantidade a ser produzida do cereal no País na safra 2023/24. Ou seja, mesmo com as perdas por conta das enchentes,

o estado gaúcho continuará sendo o principal produtor de arroz do País no ciclo atual.

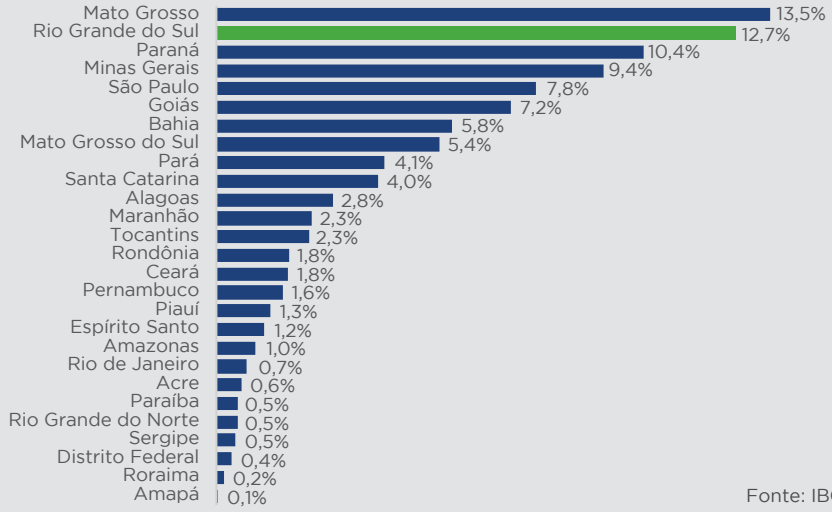
As expectativas para o cereal não são tão negativas, uma vez que as inundações ocorreram quando, de acordo com a Conab, 83% da área da safra 2023/24 já havia sido colhida. Considerando a área a ser colhida e a produtividade média, estima-se que cerca de 1,2 milhão de toneladas está em risco.

É possível que perdas tenham ocorrido no que já havia sido colhido e armazenado. Mas, segundo um levantamento realizado pela Embrapa Territorial, apenas 85 armazéns, com capacidade estática total de 970 mil toneladas, estão localizados em regiões que sofreram com as inundações. Desta forma, considerando que nem tudo o que foi armazenado era com arroz e, também, que ainda há as áreas por colher, as perdas decorrentes das enchentes devem ser em torno de 1 milhão de toneladas na produção de arroz do Rio Grande do Sul. É importante ressaltar que esse deve ser um número conservador, uma vez que, até a conclusão deste artigo, havia previsão de mais chuvas no estado.

Em relação ao preço do cereal, destaca-se que, no curto prazo, está passando por uma pressão altista, favorecida, sobretudo, pelas incertezas, o que leva uma

GRÁFICO 3 – PRODUTO INTERNO BRUTO DA AGROPECUÁRIA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM 2021 (PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DO BRASIL)

Quanto ao PIB da agropecuária, o Rio Grande do Sul desponta como a segunda principal UF, representando 12,7% do total nacional, ficando atrás apenas de Mato Grosso, que se destacou com 13,5%.



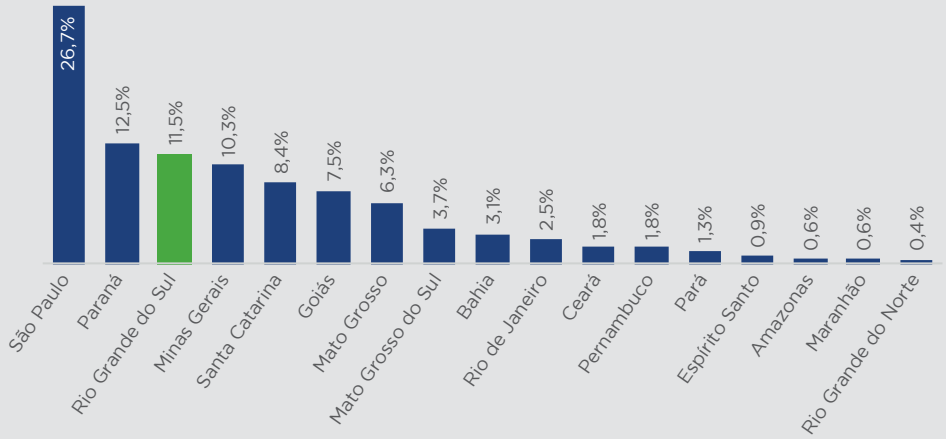
Fonte: IBGE

SHUTTERSTOCK



GRÁFICO 4 – PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA EM 2021 (%)

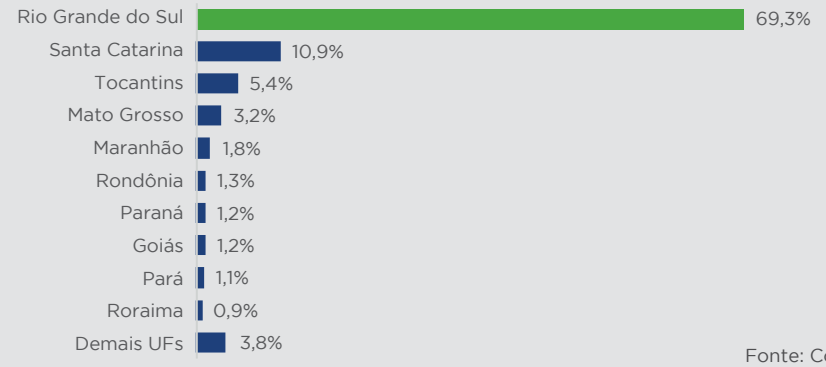
Já em termos de VTI, o estado gaúcho apresentou a terceira agroindústria mais relevante do País em 2021, participando com 11,5% do total do setor nacional.



Fonte: elaboração pelos autores, com base em dados do IBGE

GRÁFICO 5 – ESTIMATIVA PARA A QUANTIDADE PRODUZIDA DE ARROZ POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO NA SAFRA 2023/24 (PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DO BRASIL)

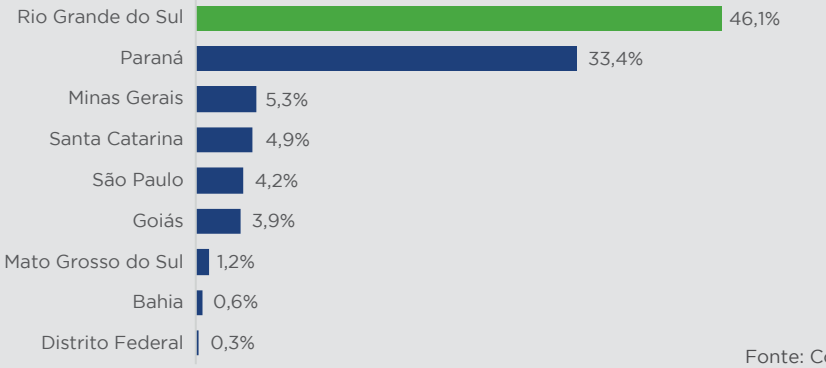
Na safra 2023/24, o Rio Grande do Sul deve participar com 69,3% do total da produção nacional de arroz, destacando-se como o seu principal produtor nacional. Trata-se do principal produto agrícola do estado gaúcho.



Fonte: Conab

GRÁFICO 6 – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PRODUZIDA DE TRIGO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO NA SAFRA DE 2024 (PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DO BRASIL)

Na safra de 2024, o estado gaúcho deve destacar-se, também, como o principal produtor de trigo, participando com mais de 46,1% da quantidade total do Brasil, o que corresponde a uma estimativa de 4,2 milhões de toneladas.



Fonte: Conab

parte da população, inclusive (e de forma desnecessária), a estocar esses produtos e, assim, contribuir para o aumento dos preços. Contudo, essa pressão sobre os preços deve ser temporária, uma vez que há produção disponível para atender a demanda brasileira, considerando que – é importante reforçar – há disponibilidade interna do produto.

Segundo o levantamento da Conab de maio último, o consumo estimado de arroz é de 11,0 milhões de toneladas neste ano civil, contra uma produção de 10,5 milhões de toneladas e exportações de 1,2 milhão de toneladas (com possibilidade de serem menores). Desta forma, talvez não seja necessário importar um grande volume do produto, e zerar a tarifa de importação para os países fora do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é uma medida que deve, provavelmente, ser suficiente para manter os preços sob controle.

TRIGO: PRINCIPAL ESTADO PRODUTOR DO PAÍS

O estado do Rio Grande do Sul é, também, o maior produtor de trigo do Brasil, devendo responder, na safra de 2024, por mais de 46,1% da quantidade produzida do País, o que corresponde a 4,2 milhões de toneladas, de acordo com a Conab.

O plantio de trigo inicia-se em maio e se estende até julho, sendo, portanto, possível de realizá-lo. As principais áreas de plantio não foram tão afetadas, entretanto a dificuldade na chegada dos insumos, as condições do solo e a situação financeira dos produtores poderão comprometer as estimativas para essa safra, que, apesar de apresentar a área plantada menor, recuperaria os níveis de produtividade em relação aos da safra anterior.

SOJA: IMPORTANTE PRODUTOR, MAS COM PRODUÇÃO DISPERSA EM OUTROS ESTADOS

De acordo com a Conab, a produção de soja do Rio Grande do Sul deve corresponder, na safra 2023/24, a

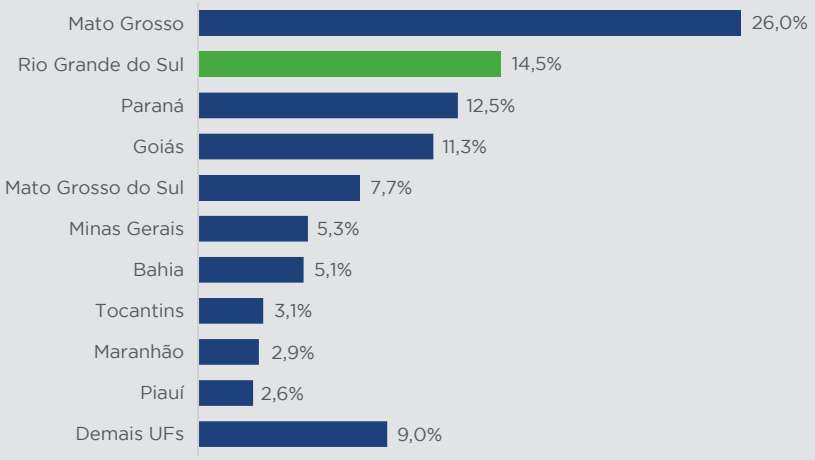
21,4 milhões de toneladas, ou 14,5% da quantidade a ser produzida no País, representando o segundo maior estado produtor do Brasil.

Até 19 de maio último, 15% ainda não haviam sido colhidos (em comparação a 7% a colher no ano passado), segundo dados da Conab. A Embrapa Territorial, por sua vez, estima que 1,2% da área de soja tenha sido afetada pelas inundações, o equivalente a 260 mil toneladas. Soma-se a essas perdas o que já estava armazenado nas áreas que foram inundadas. Desta forma, estimativas preliminares apontam para perdas acima de 1 milhão de toneladas para a safra 2023/24.

Essa perda não deverá impactar os preços internacionais, uma vez que, mesmo com a quebra no Centro-Oeste, a safra brasileira ainda será a segunda maior na história, além de haver expectativa de uma grande safra americana e de um aumento na produção dos principais países produtores. Isso mais do que compensará a queda do Rio Grande do Sul. No entanto, no mercado interno, o reflexo nos preços já é sentido. De acordo com a Conab, entre 29 de abril e 24 de maio último, o preço da soja no atacado e no varejo do Rio Grande do Sul cresceu, respectivamente, 3,7% e 2,1%.

GRÁFICO 7 – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PRODUZIDA DE SOJA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO NA SAFRA 2023/24 (PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DO BRASIL)

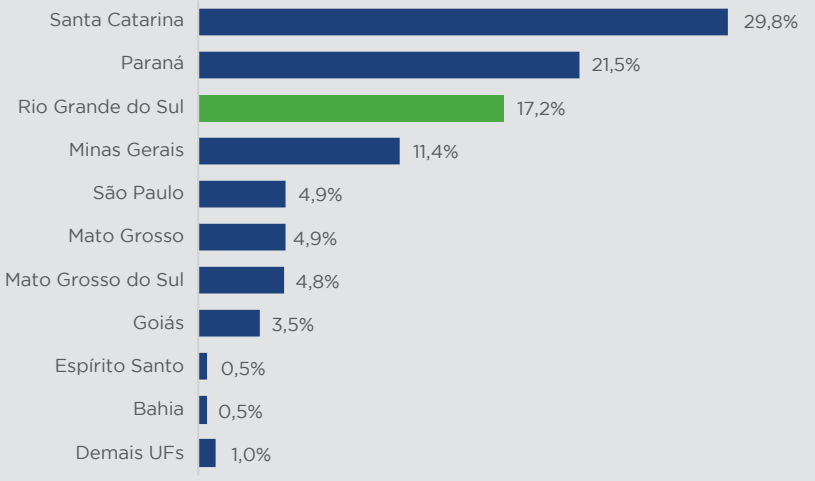
As estimativas da safra 2023/24 apontam o Rio Grande do Sul como o segundo maior produtor de soja, participando com 14,5% (21,4 milhões de toneladas) da quantidade produzida no Brasil.



Fonte: Conab

GRÁFICO 8 – VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE SUÍNOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM 2023 (PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DO BRASIL)

Em 2023, o Rio Grande do Sul foi apontado como o terceiro maior produtor de carne suína, representando 17,2% do VBP do Brasil. Mesmo tendo perdas mais pontuais em maio de 2024, o setor precisará de ajuda para se reerguer.



Fonte: MAPA

O Rio Grande do Sul começa a exibir os efeitos das enchentes nos seus principais cultivos: arroz (estável, tendo a maioria da safra atual sido colhida); trigo (sofre com condições do solo e situação financeira dos produtores); e soja (sem grandes impactos sobre preços internacionais, mas com preços internos afetados).

PECUÁRIA: SITUAÇÃO DELICADA PARA OS PRODUTORES ATINGIDOS

De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o Rio Grande do Sul foi o quinto principal estado em termos de Valor Bruto da Produção (VBP) da pecuária em 2023, correspondendo a 9,0% do total do País. Detalhando a pecuária do estado gaúcho, observa-se que é o terceiro maior produtor de carne suína do Brasil, o quarto maior produtor de leite e de carne de frango e o oitavo produtor de carne bovina.

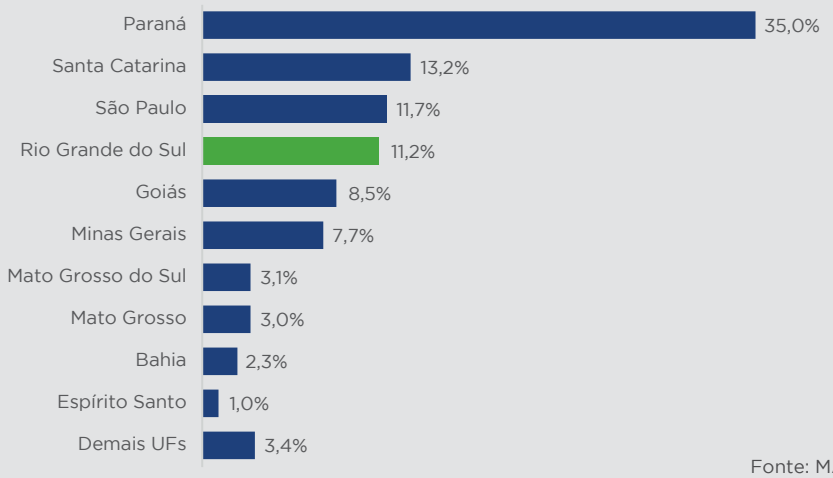
Sobre a suinocultura gaúcha, de acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), houve perdas significativas, notadamente, nas regiões do Vale do Taquari, do Vale do Caí e da Serra Gaúcha. Contudo, segundo a entidade, essas perdas foram localizadas (cerca de 12 mil animais teriam sido perdidos), não devendo comprometer a produção gaúcha, nem o abastecimento do mercado interno, nem as exportações.

Nesse sentido, a Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul (ACSURS) afirmou que, nos locais onde está concentrada a produção de suínos (sobretudo, no norte, no noroeste e no Planalto Médio do estado), as chuvas danificaram estradas e prejudicaram a logística, mas não geraram grandes perdas em comparação ao total de estoque de animais do estado. Entretanto, vale destacar que, apesar da pouca expressividade para a produção do estado e do Brasil, essas perdas pontuais afetaram sobremaneira o produtor rural, que, de forma geral, precisará de ajuda para se reerguer.

As enchentes também geraram prejuízos à produção gaúcha de frangos, uma vez que, segundo a Associação Gaúcha de Avicultura (ASGAV), mais de 300 mil aves morreram nas regiões afetadas. Deve-se destacar que a região do Vale do Taquari foi uma das regiões mais impactadas pelas chuvas e que tem uma produção relevante no setor. Além das aves, os produtores perderam equipamentos, estruturas e material genético. Ademais, nas granjas em que a produção não foi dizimada, a chegada de insumos está sendo a principal questão, uma vez que os alagamentos e a logística comprometida impedem um transporte adequado.

GRÁFICO 9 – VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE FRANGOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM 2023 (PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DO BRASIL)

Quarto maior produtor de frangos em 2023, participando com 11,2% do VBP nacional, o estado gaúcho sofreu com perdas de aves, estrutura e material genético em decorrência dos alagamentos de maio último.



Fonte: MAPA



SHUTTERSTOCK

No caso da pecuária leiteira, o cenário é mais delicado. O produtor gaúcho, antes das enchentes deste ano, enfrentou fortes estiagens por três anos consecutivos, o que aumentou os custos de produção e reduziu as margens. Ou seja, a produção do setor no estado já vinha enfrentando dificuldades e a tragédia atual deixou esses produtores em uma situação ainda mais desconfortável.

Por fim, a bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul, assim como todos os setores de produção, foi impactada pelas enchentes que atingiram o estado. Além da perda de animais e das questões logísticas, as pastagens estão encharcadas, o que dificulta o manejo do rebanho.

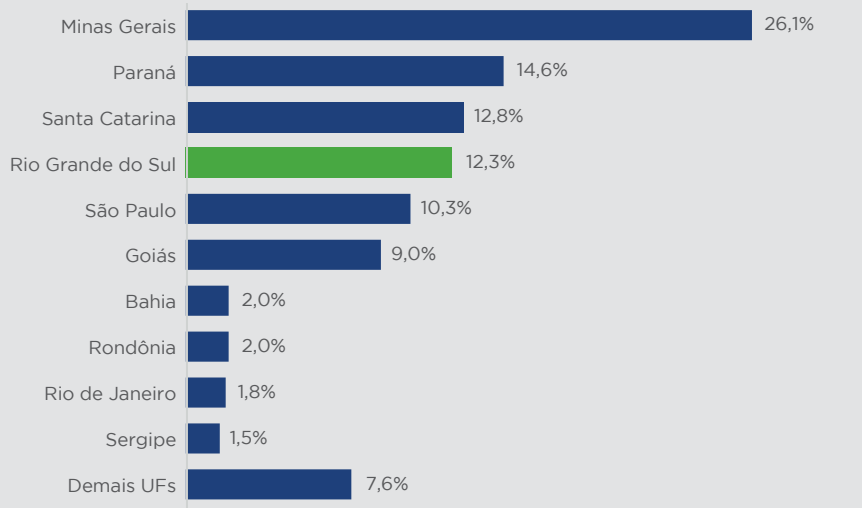
Em relação aos preços das proteínas animais, destaca-se que há uma pressão altista dentro do mercado gaúcho, porém isso não deve migrar com força para os demais estados, uma vez que a produção do estado pode ser contrabalanceada pelas demais UFs produtoras, não havendo, portanto, uma grande redução na quantidade ofertada.

Com as enchentes, os setores da pecuária gaúcha passam por situações difíceis: suínos (perdas localizadas, sem comprometer abastecimento e exportações); frangos (perda de aves, estrutura e materiais); leite (acúmulo de efeitos de anos de estiagem com tragédia atual); e bovinos (pastagens encharcadas complicam o manejo do rebanho).

Diante da tragédia que abalou o Rio Grande do Sul, é imperativo que medidas sejam tomadas para evitar que situações semelhantes se repitam. A reconstrução das infraestruturas e o apoio à população são apenas os primeiros passos de um longo caminho. Precisamos investir em políticas públicas que contemplem o desenvolvimento sustentável, o manejo adequado dos recursos naturais e a modernização das técnicas de produção. Além disso, é essencial fomentar uma cultura de prevenção e resiliência tanto nas áreas urbanas, quanto rurais, garantindo que as nossas comunidades estejam melhor preparadas para enfrentar futuros desastres climáticos. ■

GRÁFICO 10 – VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE LEITE POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM 2023 (PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DO BRASIL)

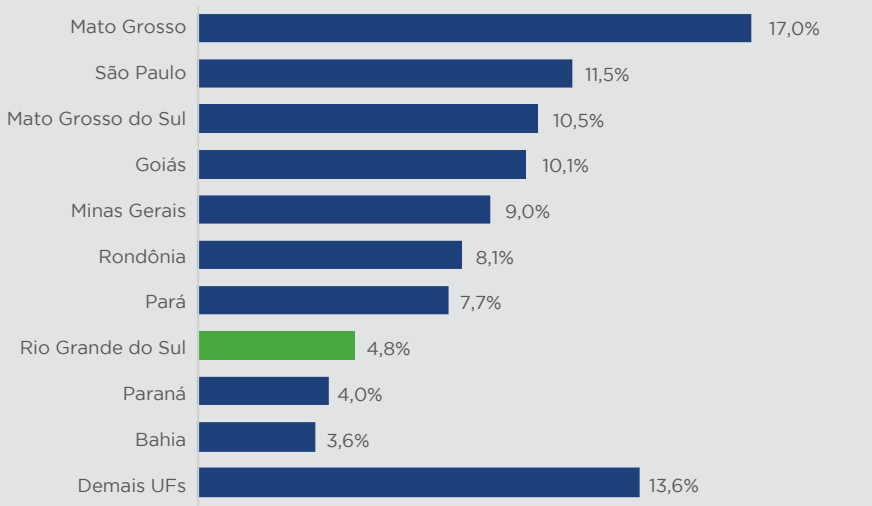
Também quarto maior produtor de leite, o Rio Grande do Sul participou com 12,3% do VBP do Brasil. Vindo de três anos consecutivos de sofrimento com fortes estiagens, o setor ficou em situação ainda pior com a tragédia atual.



Fonte: MAPA

GRÁFICO 11 – VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE BOVINOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO EM 2023 (PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DO BRASIL)

Em 2023, o estado gaúcho ficou em oitavo entre os maiores produtores de bovinos, com 4,8% do VBP brasileiro. Devido às enchentes, o setor deve sofrer, notadamente, com as pastagens encharcadas dificultando o manejo do rebanho.



Fonte: MAPA

1 Pesquisadora do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) – roberta.possamai@fgv.br
2 Professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br
3 Coordenador do FGV Agro

CRÉDITOS DE DESCARBONIZAÇÃO E A EFICIÊNCIA AMBIENTAL NA PRODUÇÃO DE CANA

LUCIANO RODRIGUES[1], LUCAS RODRIGUES[2], JOSÉ GUILHERME BELON[3]

Em maio último, foi celebrado um acordo para dividir, entre produtores rurais e indústria, a receita líquida gerada pela venda de CBios. Essa iniciativa oferece incentivos financeiros para os fornecedores de cana adotarem a certificação da produção com dados primários (auditados com levantamentos a campo), o que pode impulsionar os ganhos para ambas as partes e promover práticas mais sustentáveis na produção de biocombustíveis.

EM UM comunicado recente, representantes dos fornecedores de cana-de-açúcar e das indústrias produtoras de etanol noticiaram a celebração de um acordo para a divisão da receita líquida gerada pela venda de créditos de descarbonização (CBios) no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

Publicada em 14 de maio último, a nota apresentou as seguintes diretrizes:

- O fornecedor de cana-de-açúcar elegível e vinculado à certificação da unidade produtora com dados padrão (que considera um "sistema de produção típico", exigindo apenas a verificação da área e da produção) receberá, no mínimo, 60% da receita líquida com a venda de CBios gerados a partir do etanol fabricado com a matéria-prima por ele entregue.

- O produtor rural auditado com dados primários (específicos de cada sistema e verificados) receberá um pagamento adicional equivalente a, pelo menos, 85% da receita extra obtida pelo uso dessa modalidade de certificação.

A dinâmica trazida por esses termos do acordo pode ser observada no fluxograma. Sem entrar no mérito da proposta e dos percentuais anunciados – que foram fruto de uma intensa negociação –, é fácil notar que a lógica apresentada deve criar um estímulo adicional ao produtor para a certificação com dados primários.

A CERTIFICAÇÃO

Diante dessa provável mudança, é importante entender como o fornecedor de cana-de-açúcar e toda a cadeia sucroenergética podem ampliar seus ganhos e sua contribuição à descarbonização a partir de um esforço adicional na certificação exigida pelo RenovaBio.

Em primeiro lugar, cabe esclarecer que o processo de certificação é necessário para habilitar a usina no RenovaBio e, como consequência, permitir que ela emita CBios. Cada um desses títulos representa 1 tonelada de carbono que deixou de ser lançada na atmosfera pelo uso do biocombustível em substituição ao seu concorrente fóssil.

A receita gerada pela comercialização de CBios estabelece um incentivo para a busca por maior eficiência energético-ambiental na produção, pois os produtores de biocombustíveis mais eficientes podem emitir um número maior de CBios e, portanto, ampliar a receita auferida com a venda destes.

Para se certificar, as usinas precisam detalhar os rendimentos da produção

EXEMPLIFICAÇÃO DO ACORDO ANUNCIADO PARA A DIVISÃO DA RECEITA DE CBIOS ENTRE FORNECEDORES DE CANA-DE-AÇÚCAR E UNIDADES INDUSTRIAIS

Enquanto o fornecedor de cana vinculado à certificação com dados padrão receberá pelo menos 60% da receita com a venda de CBios, o produtor com dados primários receberá um adicional de pelo menos 85% da receita extra obtida.



Fonte: elaboração pelos autores

e a quantidade de insumos como fertilizantes, corretivos, diesel etc. empregada no cultivo de cana-de-açúcar e nas operações industriais. Os dados incluídos na certificação devem ser comprovados mediante notas fiscais, documentação interna e sistema de gestão apropriado, com auditoria de empresa credenciada junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Na etapa agrícola, as usinas têm de reportar essas informações para a área administrada por elas e para as áreas dos produtores rurais que venderam cana-de-açúcar à agroindústria. Os fornecedores que não conseguem mensurar e comprovar os indicadores exigidos na certificação podem adotar dados referentes ao perfil de produção padrão (dados padrão) para preencher a ferramenta de mensuração de emissões de gases do efeito estufa (GEE) disponibilizada pela ANP com valores genéricos e predefinidos.

Esses dados foram estabelecidos pela Resolução nº 758/18 da ANP e retratam um sistema de produção menos eficiente do que aquele verificado na prática – por essa razão, são denominados "dados penalizados". Em outras palavras, por não mensurarem ou não conseguirem comprovar os indicadores exigidos na certificação, os produtores precisam adotar valores de rendimento e uso de insumos muito piores do que aqueles tipicamente observados no campo, prejudicando, sobremaneira, a intensidade de carbono do biocombustível e a receita gerada com a venda de CBios.

A Tabela 1 detalha os indicadores aplicados pela ANP ao perfil de produção padrão. Para ilustrar a penalidade imposta ao produtor que utiliza esses valores predefinidos, o primeiro indicador da tabela assume que 100% da lavoura utiliza a queima como método de despalha para a colheita de cana-de-açúcar, enquanto, na verdade, a prática já deixou de ser realidade há mais de uma década na maior parte das áreas de cultivo.

MAIS ESPAÇO PARA A DESCARBONIZAÇÃO

Atualmente, estima-se que mais de 90% dos fornecedores de cana-de-açúcar estão certificados com o perfil de produção padrão (ou penalizado). Esse cenário impacta cerca de um terço da cana-de-açúcar incluída no RenovaBio, registrando um potencial de descarbonização de etanol muito aquém daquele efetivamente promovido pelo biocombustível no mercado nacional.

Com efeito, em um produtor eficiente certificado com dados primários, as

SHUTTERSTOCK



emissões de GEE na lavoura podem chegar a apenas 30 quilos de gás carbônico equivalente (kg CO_2 eq.) por tonelada de cana-de-açúcar, e as emissões evitadas pelo etanol fabricado podem atingir quase 70 g CO_2 eq. por megajoule (MJ). Esse mesmo produtor certificado com dados padrão vai registrar um indicador próximo a 65 kg CO_2 eq. por tonelada de cana-de-açúcar (piora superior a 100%), e as emissões evitadas pelo etanol atingirão cerca de 50 g CO_2 eq./MJ (piora próxima de 30%)*.

Estima-se que, atualmente, 90% dos fornecedores de cana-de-açúcar estão certificados com dados padrão, o que acarreta o registro de um potencial de descarbonização de etanol muito menor do que esse biocombustível promove de fato no mercado nacional.

TABELA 1 – INDICADORES ADOTADOS PARA A ÁREA AGRÍCOLA QUE OPTA PELO EMPREGO DO PERFIL DE PRODUÇÃO PADRÃO NA CERTIFICAÇÃO DO RENOVABIO

Embora a queima como método para colheita de cana-de-açúcar já tenha deixado de ser usada há mais de uma década na maioria das áreas de plantio, a primeira linha do perfil de produção padrão assume que 100% da lavoura usa essa prática.

PARÂMETRO/INDICADOR	Valor penalizado
Área queimada	100%
Calcário calcítico ou dolomítico	12,00 quilos por tonelada de cana
Gesso agrícola	5,00 quilos por tonelada de cana
Fertilizantes sintéticos nitrogenados	2,00 quilos de N por tonelada de cana
Fertilizantes sintéticos fosfatados	1,00 quilo de P_2O_5 por tonelada de cana
Fertilizantes sintéticos potássicos	2,00 quilos de K_2O por tonelada de cana
Fertilizantes orgânicos nitrogenados (vinhaça)	1.000,0 litros por tonelada de cana
Concentração de nitrogênio na vinhaça	0,38 grama de N por litro
Fertilizantes orgânicos nitrogenados (torta de filtro)	42,8 quilos por tonelada de cana
Concentração de nitrogênio na torta de filtro	2,80 gramas de N por quilo
Fertilizantes orgânicos nitrogenados (cinzas)	10,1 quilos por tonelada de cana
Combustíveis (diesel B10)	6,0 litros por tonelada de cana

Fonte: ANP

GANHO ADICIONAL PARA PRODUTORES E USINAS

Para se ter uma visão mais objetiva desse ganho, são apresentados, na Tabela 2, os resultados de uma simulação que converte esses parâmetros em receita monetária adicional para usinas e fornecedores. Para estruturar os cenários apresentados, foram consideradas as seguintes premissas: (i) fornecedor com produção de 100 mil toneladas de cana-de-açúcar por safra; (ii) unidade industrial com 40% da cana-de-açúcar direcionada à fabricação de etanol combustível (valor médio observado no País); e (iii) preço líquido dos CBios de R$ 100 por título.

Nessa condição, a receita obtida pelo fornecedor certificado junto à unidade industrial com dado padrão totaliza R$ 217 mil por ano, ou R$ 5,40 por tonelada de cana-de-açúcar utilizada na fabricação de etanol combustível (cerca de R$ 2,20 por tonelada de cana total entregue, considerando que apenas 40% da matéria-prima nesse exemplo permite a geração de CBios).

Esses valores variam de empresa para empresa, a depender, especialmente, da participação do etanol combustível no portfólio de produção da usina. De todo modo, em linhas gerais, essa é a condição observada na maior parte das unidades produtoras, que têm direcionado entre 50% e 60% da receita líquida dos CBios ao pagamento do produtor rural certificado.

Quando a certificação migra para o uso de dados primários, os resultados da Tabela 2 mostram que há um aumento considerável na receita da cadeia e na geração de CBios. Essa variação é ainda maior no caso do produtor rural, pois o acordo estabelece um repasse de 85% da receita líquida adicional ao fornecedor.

Além disso, para um fornecedor que apresente eficiência 10% superior àquela prevista com os indicadores utilizados no perfil padrão (*vide* Tabela 1), o ganho adicional de receita atinge 14,2% no exemplo apresentado. No caso do produtor rural com indicadores de produção melhores e com ganho de 40% na eficiência energético-ambiental, o aumento de receita associado à migração do perfil padrão para o primário chega a 56,7% na simulação apresentada (receita próxima a R$ 8,50 por tonelada de cana direcionada à produção de etanol, ou R$ 3,40 por tonelada total entregue).

É importante destacar que, para todos os cenários detalhados na Tabela 2, a receita da usina também aumenta, ainda que em menor proporção, conforme se amplia a eficiência do produtor. Essa condição pode estabelecer incentivos às unidades industriais, principais condutoras do processo de certificação, para que estimulem seus fornecedores à mencionada migração.

Para o setor como um todo, o ganho potencial associado à hipótese de migração total da cana-de-açúcar certificada para o uso de dados primários poderia atingir cerca de R$ 350 milhões de receita adicional, a ser partilhada entre usinas e produtores rurais, com a ampliação da oferta de CBios em mais de 3,5 milhões de unidades. Esse valor remete a um serviço de descarbonização que já está sendo oferecido pelo setor,

mas que não está valorizado pela falta de mensuração adequada.

Além dos impactos associados ao RenovaBio, a necessidade de apuração e monitoramento dos indicadores exigidos na certificação pode ser indutora do aperfeiçoamento do sistema de controle e gestão da atividade agrícola, com ganhos e benefícios para o produtor que ultrapassam a receita com CBios.

Para a cadeia como um todo, a redução na intensidade de carbono (IC) do etanol também é fundamental para posicionar o biocombustível em outros programas brasileiros e políticas públicas fora do País. Na era da economia de baixo carbono, a IC reduzida é fundamental para ampliar a competitividade das fontes energéticas nas mais variadas áreas.

Esse é o caso do uso de etanol para a produção de combustíveis sustentáveis de aviação (SAFs, na sigla em inglês), cuja regulamentação atribui limitações vinculadas à IC do biocombustível produzido. Essa condição também aplica-se à nova política para a indústria automotiva no Brasil, que prevê metas de redução de emissões por quilômetro rodado pelos veículos. Nesse caso, a menor IC do etanol facilita o atendimento das metas da indústria automotiva e amplia o seu interesse pelo biocombustível.



SHUTTERSTOCK

De fato, a IC média do etanol de cana-de-açúcar certificado no País é, atualmente, próxima de 27 g CO_2 eq./MJ. Se toda a matéria-prima fosse incluída na certificação com dados reais, estima-se que esse indicador atingiria apenas 21 g CO_2 eq./MJ.

É importante esclarecer, ainda, que a obtenção dos dados primários envolve custos que não necessariamente serão pagos pela receita adicional gerada com a venda de CBios. O exercício aqui apresentado assume, por hipótese, que o acordo anunciado possa induzir essa mudança de maneira efetiva. Ademais, a proposta ainda será levada à apreciação do Congresso Nacional no âmbito do Projeto de Lei (PL) nº 3.149/20, passando a ter efetividade apenas após a sua conversão em Lei. ■

"...a IC média do etanol de cana-de-açúcar certificado no País é, atualmente, próxima de 27 g CO_2 eq./MJ. Se toda a matéria-prima fosse incluída na certificação com dados reais, estima-se que esse indicador atingiria apenas 21 g CO_2 eq./MJ."

TABELA 2 – SIMULAÇÃO DE GANHO ASSOCIADO À MIGRAÇÃO DO PERFIL PADRÃO DE CERTIFICAÇÃO PARA O USO DE DADOS PRIMÁRIOS NO EXEMPLO APRESENTADO

A receita obtida pelo fornecedor certificado junto à unidade industrial com dados padrão é de R$ 217 mil por ano. Já o fornecedor com dados primários pode chegar a receber R$ 341 mil por ano.

GANHO DE EFICIÊNCIA	CBios gerados (unidades)			Receita do produtor (R$ milhares)		
	Dado padrão	Dado primário	Ganho	Dado padrão	Dado primário	Variação
Cenário 1 (+10%)	3.624	3.986	10%	217	248	14,2%
Cenário 2 (+20%)	3.624	4.349	20%	217	279	28,3%
Cenário 3 (+30%)	3.624	4.711	30%	217	310	42,5%
Cenário 4 (+40%)	3.624	5.073	40%	217	341	56,7%

Nota: exemplo simulado a partir das diretrizes do acordo anunciado, considerando um sistema de produção hipotético com as seguintes premissas: (i) fornecedor com produção de 100 mil toneladas de cana-de-açúcar por safra; (ii) unidade industrial com 40% da cana-de-açúcar direcionada à fabricação de etanol combustível (valor médio observado no País); e (iii) preço líquido dos CBios de R$ 100 por título
Fonte: elaboração pelos autores

*Os valores foram calculados a partir dos parâmetros penalizados disponíveis da Resolução nº 758/18 da ANP e de informações do *benchmarking* de indicadores ambientais da Unica, que reúne uma amostra de áreas de cultivo certificadas com dados primários para 91 unidades produtoras certificadas

1 Diretor de Inteligência Setorial da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), coordenador acadêmico do MBA em Agronegócios da Fundação Getulio Vargas (FGV) e do núcleo de Bioenergia do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia (OCBio/FGV)

2 Especialista em Inteligência de Mercado da Unica

3 Especialista em Economia da Unica

LEITE: RENTABILIDADE MAIS APERTADA PARA PEQUENOS PRODUTORES

GLAUCO RODRIGUES CARVALHO[1], CLESIANE DE OLIVEIRA CARVALHO[2], MARIA SOUZA LIMA ARANTES[3]

O ano de 2023 foi complicado para o setor lácteo brasileiro, sobretudo no âmbito das margens. A queda no preço do leite, motivada por um elevado volume de importações, acabou apertando a rentabilidade do setor. A política de pagamento pelo leite coloca a bonificação por volume em destaque, o que gera preços bem superiores para os grandes produtores em relação aos pequenos, fazendo com que a consolidação no campo aconteça mais rápido. Mesmo com muita incerteza pairando sobre 2024, uma redução nas importações seria bem-vinda para equilibrar oferta e demanda. Além disso, custos de produção em melhores patamares indicam boas perspectivas para os pecuaristas.

O ANO de 2024 ainda traz muitos componentes de incerteza. No ano passado, as importações tiveram uma forte influência na disponibilidade de leite, e uma eventual redução poderá deixar o mercado interno bem equilibrado em termos de oferta e demanda, dando uma maior sustentação aos preços. Além disso, os custos de produção de leite estão em patamares mais acomodados, com boas perspectivas para os pecuaristas.

As recentes inundações no Rio Grande do Sul também devem atrasar o início da safra de leite, o que já está se refletindo em uma alta nos preços internos do leite e dos derivados. Nesse contexto, o cenário de curto prazo tem indicado uma recuperação nos preços do leite, com uma menor pressão sobre os custos de produção e melhorias na rentabilidade média dos produtores de leite neste ano.

CENÁRIO DE CONSOLIDAÇÃO

A pecuária de leite no Brasil tem passado por grandes transformações tecnológicas, ainda que de forma heterogênea entre as regiões e os perfis de produtor. Nos últimos dez anos, houve um importante aumento na produtividade média das vacas, com expansão de 55%.

Duas dinâmicas distintas vêm ocorrendo na pecuária de leite nacional. Por um lado, grupos de produtores têm deixado a atividade devido a dificuldades com rentabilidade, sucessão e mão de obra. Por outro lado, há produtores com aumento na produção e na produtividade das vacas, maiores investimentos, uso intensivo de tecnologias e fomento na gestão das fazendas visando a um menor custo e uma maior rentabilidade.

Existem uma maior concorrência pelo uso da terra e uma necessidade de produtores mais eficientes e de um aumento na competitividade em nível internacional, entre outros fatores dos quais decorre o cenário atual. O grupo composto das cem maiores fazendas do Brasil, por exemplo, dobrou a participação na produção nacional em uma década, respondendo por 4,28% do leite brasileiro, conforme um levantamento do portal MilkPoint. Essas fazendas fecharam 2023 com uma média diária de produção de 28,7 mil litros, sendo uma realidade distinta da média do País, onde predominam fazendas pequenas.

No entanto, há um movimento de consolidação em curso. No Rio Grande do Sul, entre 2015 e 2023, o número de estabelecimentos com leite recuou 60,8%, enquanto o volume de leite caiu 8,9%, segundo um estudo da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS). Desafios de competitividade e rentabilidade têm pressionado ainda mais essa tendência de consolidação.

OS DIFERENTES IMPACTOS DAS IMPORTAÇÕES DE 2023

O ano de 2023 foi complicado para o setor lácteo brasileiro, sobretudo no âmbito das margens. A queda no preço do leite, motivada por um elevado volume de importações, acabou apertando a rentabilidade do setor. O volume de leite importado foi o maior desde o pós-Plano Real, sendo ainda o maior valor histórico em dólares: US$ 1,09 bilhão. No total, foram importados 2,18 bilhões de litros, o que correspondeu a 9% da produção brasileira de leite inspecionado.

Esse alto volume acabou gerando uma maior pressão negativa sobre os preços pagos ao produtor de leite, que começaram a recuar em abril de 2023. Em

termos reais, deflacionado pelo Índice de Custo de Produção de Leite (ICPLeite), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o valor do litro de leite pago no campo recuou 30% entre abril e dezembro de 2023.

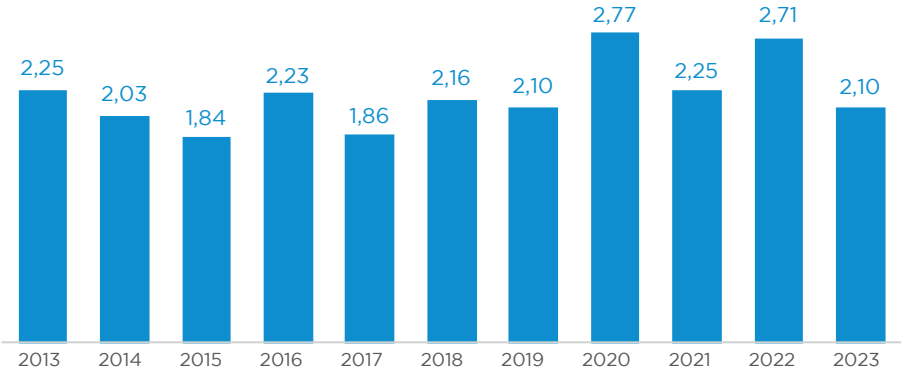
É interessante destacar que o movimento de alta em decorrência da entressafra não aconteceu no ano passado devido à alta disponibilidade de leite. Em média, houve um recuo de 6,7% na margem do produtor de leite em comparação a 2022, mas o período mais complicado foi o segundo semestre, com um recuo de 22,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior (*vide* Gráfico 1). Analisando os últimos dez anos, pode-se observar que 2023 esteve entre os quatro piores períodos em rentabilidade no campo.

Em função desse cenário de aperto, ocorreram manifestações e pressão sobre o Governo para que este tomasse medidas com vistas a segurar as importações. Isso culminou na publicação do Decreto nº 11.732, que entrou em vigor no final de fevereiro último, limitando a utilização do leite em pó importado pela indústria, com retirada de benefícios tributários de laticínios importados.

Os impactos dessa medida têm sido limitados, já que uma grande parte das importações não são realizadas por laticínios, mas sim por *traders*, indústria de chocolates e varejistas. Além disso, a importação tem o diferencial de preço nacional/importado como um fator-chave. Se o preço no Brasil subir muito, pode haver compras diretas de varejistas e *traders* tanto de leite em pó, quanto de queijos, sendo que tais produtos representam, juntos, cerca de 60% do mercado brasileiro de derivados lácteos.

GRÁFICO 1 – MÉDIA DO PREÇO REAL DO LEITE AO PRODUTOR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2010 A 2023*

O segundo semestre, período mais complicado do ano para a rentabilidade do leite, recuou 22,5% em 2023 em relação a 2022. Comparando os últimos dez anos, 2023 esteve entre os quatro piores períodos.



*Valores deflacionados pelo ICPLeite
Fontes: Cepea/Esalq/USP; CILeite/Embrapa

SHUTTERSTOCK



"É interessante destacar que o movimento de alta em decorrência da entressafra não aconteceu no ano passado devido à alta disponibilidade de leite. Em média, houve um recuo de 6,7% na margem do produtor de leite em comparação a 2022..."

DISCRIMINAÇÃO DE PREÇOS EM DIFERENTES FAZENDAS

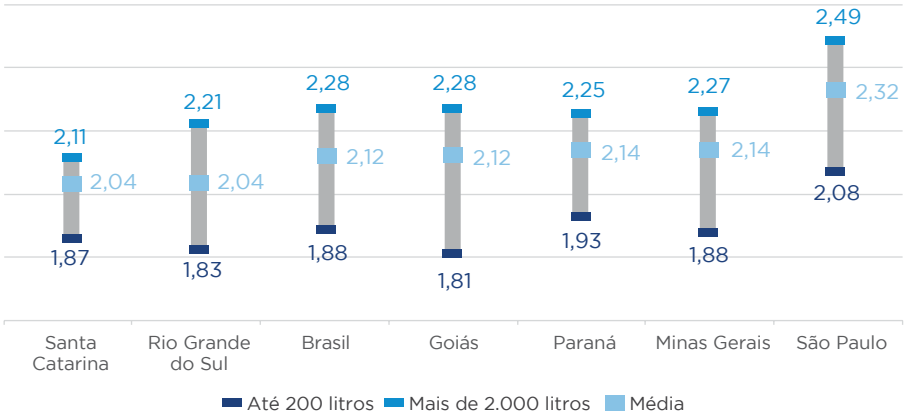
Apesar de todo o contexto adverso, a produção de leite cresceu 2,5% em 2023. A hipótese mais provável é que produtores com um maior volume de leite e mais eficientes tiveram um ano com rentabilidade positiva e impulsionaram a produção. A política de pagamento pelo leite no Brasil coloca a bonificação por volume em destaque, o que gera preços bem superiores para os grandes produtores em relação aos pequenos.

Utilizando uma estratificação de produtores com até 200 litros por dia e de produtores com mais de 2.000 litros por dia, observa-se um diferencial médio de 21% a mais no preço para o segundo grupo. Essa discriminação de preços acaba incentivando o incremento de produção de produtores maiores em relação aos menores. Considerando apenas os preços do segundo semestre, que foi o período mais crítico de rentabilidade, observa-se que a discriminação de preços foi igualmente expressiva (*vide* Gráfico 2). Em estados como Santa Catarina e Paraná, com uma maior participação do cooperativismo, os diferenciais são menores. Contudo, em algumas localidades, a diferença de preços induz a uma consolidação mais acelerada, já que a bonificação por volume é mais alta.

Um levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Minas Gerais (Sebrae-MG) em fazendas monitoradas pela plataforma Educampo em 2023 mostrou que os custos de produção de leite em fazendas mais eficientes de Minas Gerais ficaram entre R$ 1,86 e R$ 1,91 por litro. Por outro lado, as fazendas menos eficientes tiveram custos entre R$ 2,46 e R$ 2,73 por litro. Ou seja, mesmo sendo eficientes, os pequenos produtores teriam problemas para manter a rentabilidade no contexto dos preços pagos, o que faria com que a consolidação no campo acontecesse mais rápido. ■

GRÁFICO 2 – MÉDIA DE PREÇO DO LEITE AO PRODUTOR DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2023 (R$ POR LITRO)

Focando o segundo semestre novamente, observa-se que estados como Santa Catarina e Paraná tiveram diferenciais menores de preços, enquanto outros estados apresentaram uma diferença maior, induzindo a uma consolidação mais acelerada.



Nota: preço mínimo – produtores com até 200 litros por dia; preço máximo – produtores com mais de 2.000 litros por dia
Fontes: Cepea/Esalq/USP; CILeite/Embrapa



SHUTTERSTOCK

"...mesmo sendo eficientes, os pequenos produtores [de leite] teriam problemas para manter a rentabilidade no contexto dos preços pagos, o que faria com que a consolidação no campo acontecesse mais rápido."

1 Economista e pesquisador da Embrapa Gado de Leite – glauco.carvalho@embrapa.br

2 Professora do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Federal de São João del-Rei (DECAC/UFSJ)

3 Bolsista da Embrapa e graduanda em Economia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

BALANÇO GLOBAL APERTADO E PREÇOS FIRMES PARA O TRIGO EM 2024

FELIPE FABBRI, JULIA MONSALVE*

Para este ano, estima-se uma produção de trigo de 9,0 milhões de toneladas no Brasil. Porém, é preciso avaliar os dados de qualidade do solo e rentabilidade no Rio Grande do Sul, grande produtor do cereal, dadas as enchentes por que passou. Em maio último, começou a semeadura de trigo no País, que se encontra atrasada, inclusive nos maiores estados produtores, afetados por impactos climáticos. Em meio a esse processo, os preços de referência têm se mostrado reativos nos mercados nacional e internacional. Considerando os dados mais atuais disponíveis sobre preço e custo, a expectativa ainda é de um resultado negativo para o produtor.

NESTE ANO, a estimativa para a produção brasileira de trigo é de 9,0 milhões de toneladas. A expectativa é de um aumento na produtividade nacional, em função do fenômeno La Niña, que tende a favorecer os rendimentos na região Sul. Mas, em função das enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em maio último, será necessário avaliar quais serão os impactos sobre a qualidade do solo e os rendimentos no estado, que é o maior produtor nacional.

Se confirmada essa estimativa atual de produção, a relação estoque/consumo aumentará, o que pode pressionar os preços para baixo. Contudo, se a valorização do cereal no mercado internacional seguir e o câmbio não ceder do patamar de R$ 5,00, os preços internos devem refletir a alta. Se houver retração da produção nacional ou perda de qualidade do trigo brasileiro neste ano, elevando a necessidade de internalização, a paridade será ainda mais importante na apreciação do cereal.

De modo geral, há a possibilidade de que os preços cedam durante a colheita no País no segundo semestre, seguindo a sazonalidade de oferta. No entanto, o cenário global mais justo e um quadro não tão favorável para alguns produtores internacionais devem fortalecer a paridade de exportação e manter os preços do cereal mais sustentados.

Trata-se de um momento que abre oportunidades de fixação de preços aos produtores em condições melhores do que aquelas vistas até pouco tempo atrás – principalmente em um ano, de modo geral, com custos de produção menores.

Espera-se um aumento na produtividade nacional, o que tende a favorecer a região Sul. Contudo, dadas as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, grande produtor de trigo, é preciso reavaliar a qualidade do solo e os rendimentos no estado.



SHUTTERSTOCK

IMPACTOS CLIMÁTICOS SOBRE A QUALIDADE DAS LAVOURAS DE TRIGO NO BRASIL

Em maio último, começou a semeadura da safra brasileira de trigo. A semeadura, porém, está atrasada, como se pode observar na Tabela 1. Os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul são os maiores produtores nacionais do cereal. Além disso, ambos têm passado por desafios com relação à semeadura local.

No Paraná, onde os trabalhos estão mais acelerados do que no Rio Grande do Sul, o clima também tem impactado as lavouras. A temperatura elevada e o tempo seco predominam, diminuindo a qualidade das lavouras desde o início da semeadura – com destaque para o norte do estado, onde a semeadura começa primeiro e há déficit hídrico desde 18 de abril último, segundo dados do Departamento de Economia Rural (Deral).

A condição das lavouras locais tem piorado. Hoje, há 83,0% das lavouras com boas condições, 13,0% com condições medianas e 4,0% com condições ruins. Há um ano, eram 92,0% das lavouras com boas condições e 8,0% com condições medianas.

Já no Rio Grande do Sul, as enchentes colocam incertezas quanto à condição do solo no momento da semeadura – que costuma ganhar ritmo no estado em junho e julho.

Em maio último, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) reduziu em 700 mil toneladas a estimativa de produção nacional, chegando ao patamar já mencionado de 9,0 milhões de toneladas, mas que poderá ser revisado para baixo nos próximos meses.

TABELA 1 – BRASIL: SITUAÇÃO DO ANDAMENTO DA SEMEADURA DE TRIGO (%)

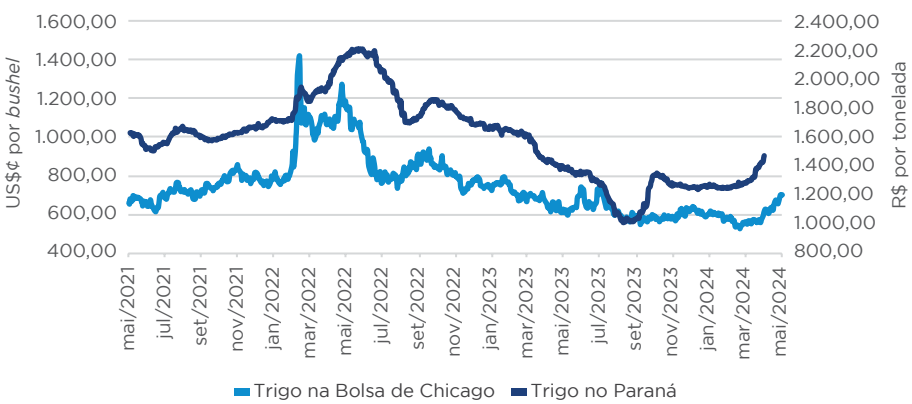
Começada em maio último, a semeadura da safra brasileira de trigo está atrasada. Nos grandes estados produtores, Rio Grande do Sul e Paraná, são sentidos os impactos do clima sobre o andamento da semeadura nas lavouras.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Semana até:		
	2023	2024	
	18 de maio	12 de maio	19 de maio
Goiás	99,00%	80,00%	84,00%
Minas Gerais	99,60%	95,00%	95,00%
Bahia	95,00%	0,00%	0,00%
Rio Grande do Sul	0,00%	0,00%	0,00%
Paraná	50,00%	27,00%	34,00%
Santa Catarina	0,00%	0,00%	0,00%
São Paulo	75,00%	40,00%	50,00%
Mato Grosso do Sul	100,00%	71,00%	71,00%
UNIDADES JUNTAS	**30,50%**	**21,00%**	**24,10%**

Fonte: Conab

PREÇOS DO TRIGO NA BOLSA DE CHICAGO (US$¢ POR *BUSHEL*) E NO PARANÁ (R$ POR TONELADA)

No Paraná, a referência do mercado físico de trigo subiu 14,2% em maio último em relação ao mês anterior. Já na Bolsa de Chicago, foi registrada uma subida nos preços do trigo de 13,7% até 24 de maio. Mesmo com essa alta, o resultado é negativo para o produtor.



Fontes: CBOT; Cepea/Esalq/USP; elaboração: Scot Consultoria

PREÇOS DO TRIGO NOS MERCADOS DOMÉSTICO E INTERNACIONAL

A semeadura brasileira de trigo começa com os preços apresentando uma forte reação nos mercados nacional e internacional. Nos últimos trinta dias, para se ter uma ideia, a referência no mercado físico (*vide* o gráfico) subiu 14,2%, estando cotada a R$ 1.464,50 por tonelada em 24 de maio último, no Paraná, segundo indicado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP). Isso representaria uma receita total de aproximadamente R$ 4.200,00 por hectare. Como os custos operacionais são estimados em R$ 4.350,00, em referência a fevereiro último, pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab), mesmo com a alta nos preços, o resultado é de prejuízo para o produtor.

Na Bolsa de Chicago, principal referência para o trigo, os preços também tiveram altas significativas no período. Considerando o contrato de vencimento mais próximo (junho), a referência

TABELA 2 – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA GLOBAL DE TRIGO (MILHÕES DE TONELADAS)

Ainda que seja esperado um crescimento na produção global de trigo para a safra 2024/25, deve-se observar uma nova redução nos estoques finais, que atingem a posição de menor valor projetado dos últimos seis anos.

	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24 (b)	2024/25* (a)	Var. a/b
Estoques iniciais	284,0	297,5	283,7	272,7	271,0	257,8	-4,87%
Produção	759,3	772,8	780,4	789,3	787,4	798,2	1,37%
Exportações	194,6	203,5	202,8	220,2	213,5	216,0	1,17%
Consumo	739,6	777,6	788,8	782,8	799,0	795,8	-0,40%
Estoques finais	297,5	283,7	272,7	271,0	258,3	253,6	-1,82%
ESTOQUE/CONSUMO	**40,22%**	**36,48%**	**34,57%**	**34,62%**	**32,33%**	**31,87%**	

*Previsão
Fonte: USDA

no vencimento subiu 13,7% até 24 de maio último.

Uma série de fatores deu sustentação aos preços. Vamos elencá-los e trazer algumas perspectivas para a safra brasileira em 2024.

No Brasil, a entressafra e a produção de trigo de menor qualidade em 2023 – com o Rio Grande do Sul, principal produtor, tendo enfrentado chuvas em excesso durante a colheita em setembro/outubro – colaboraram para a internalização do cereal. Esse cenário, combinado à alta no preço do dólar e às recentes incertezas quanto à oferta das safras nacional e internacional em função do clima, deu firmeza aos preços.

Em maio último, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) apresentou as primeiras impressões quanto à safra global 2024/25 de trigo. O balanço, que já está apertado há algumas safras, deverá seguir apertado no ciclo vindouro. Mesmo com uma expectativa de crescimento para a produção global, deve-se observar, novamente, uma redução nos estoques finais.

Para a safra 2024/25, o estoque projetado pode ser o menor dos últimos seis anos (*vide* Tabela 2). Esse movimento de redução e aperto do estoque global vai na direção contrária à do milho e da soja.



SHUTTERSTOCK

"O balanço [da produção de trigo], que já está apertado há algumas safras, deverá seguir apertado no ciclo vindouro. Mesmo com uma expectativa de crescimento para a produção global, deve-se observar, novamente, uma redução nos estoques finais."

Além da estimativa de um balanço mais apertado, há outros pontos importantes relacionados ao clima e a importantes exportadores globais. De acordo com o USDA, 25,0% das áreas de trigo de inverno nos Estados Unidos encontram-se com algum problema relacionado à condição de seca. O Kansas, principal estado produtor, tem 76,0% das lavouras sob alguma condição de seca.

Na Rússia, principal produtor global, a ausência de chuvas e o clima seco em uma importante região produtora de trigo (responsável por cerca de 30,0% da produção nacional) tem gerado preocupações quanto à oferta local. Além disso, geadas recentes nas lavouras da Ucrânia colocaram em dúvida o potencial de produção do país.

Esses fatores têm trazido volatilidade para as bolsas internacionais e favorecido as cotações do trigo. Em curto prazo, a perspectiva é de preços firmes para o mercado de trigo. ■

* Analistas de mercado da Scot Consultoria

EXPECTATIVA DE EXPANSÃO NA CULTURA DE AMENDOIM

JOSÉ ANTONIO ROSSATO JR.*

O crescimento da produção e das exportações de amendoim no Brasil tem sido notável. Entre as safras 2017/18 e 2022/23, a área cultivada aumentou 70,8%, enquanto a produção saltou 91,5%. Esse avanço é impulsionado por práticas modernas de agricultura e melhoramento genético. As exportações também cresceram significativamente: em 2023, o Brasil exportou 298,0 mil toneladas de grãos, um aumento de 3,77% em quantidade, com receitas 32,87% superiores às do ano anterior. Esse desempenho coloca o Brasil em destaque no comércio internacional, em que o País ocupa o sexto lugar em exportações de grãos e o primeiro em óleo de amendoim.

DURANTE MUITO tempo, devido às características rústicas do seu cultivo, o amendoim recebeu tratamento de cadeia produtiva informal, sem distinção tecnológica. Predominava, por exemplo, a prática de uso direto dos grãos colhidos para semear as plantações – as conhecidas sementes de reserva. Responsável pela mudança desse contexto, a agricultura moderna atraiu um consumidor mais exigente em termos de qualidade.

O progresso adveio de novas práticas. O Instituto Agronômico (IAC) teve um papel fundamental no melhoramento genético das variedades com hábito de crescimento rasteiro e alto teor de ácido oleico, para aumentar o seu tempo de prateleira (*shelf life*). Também contribuíram as regras estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Entre as safras 2015/16 e 2023/24, aumentaram quatro vezes os campos dos produtores de sementes em quantidade (27) e área (32,3 mil hectares).

SHUTTERSTOCK



O robusto crescimento das exportações brasileiras do complexo amendoim decorreu do incremento significativo do processo produtivo. Enquanto a rastreabilidade possibilitou identificar o produtor e os insumos utilizados na produção, o beneficiamento trouxe a debulha das vagens e a industrialização dos grãos. Essa evolução ampliou o comércio dentro e fora do País.

A expansão da área cultivada de amendoim tem sido significativa. Entre as safras 2017/18 e 2022/23, a lavoura ampliou de 129,2 mil para 220,9 mil hectares (+70,8%) e a produção, de 466,2 mil para 892,8 mil toneladas (+91,5%), segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Há dois vetores para explicar o crescimento da lavoura fora do estado de São Paulo, onde se concentram majoritariamente as agroindústrias do setor:

- a valorização considerável do valor de arrendamento das terras paulistas; e
- o arrefecimento dos preços da soja, o que estimula os

produtores a substituírem a cultura pelo amendoim.

São Paulo mantém-se como o principal estado produtor de semente, com cerca de 84% da área plantada no País. A boa rentabilidade proporcionada pelo cultivo de amendoim nas últimas safras tem despertado o interesse de produtores de outros estados. A lavoura chega a Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

"Entre as safras 2017/18 e 2022/23, a lavoura ampliou de 129,2 mil para 220,9 mil hectares (+70,8%) e a produção, de 466,2 mil para 892,8 mil toneladas (+91,5%), segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)."

RESULTADO PARA O PRODUTOR

Em Jaboticabal-SP, para a safra 2023/24 – início do plantio no final de setembro de 2023 e colheita realizada até fevereiro último –, os custos de produção do amendoim foram estimados em aproximadamente R$ 12.000 por hectare, de acordo com a Conab, para uma produtividade média de 4.125 quilos por hectare. Considerando um preço médio de venda de R$ 4,21 por quilo – preço médio em Jaboticabal de janeiro a abril último, segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA) –, o produtor registrou um lucro de R$ 5.366,25 por hectare.

Para o próximo ciclo, espera-se uma continuidade na lucratividade. No entanto, é necessário ter cautela, devido às adversidades climáticas que afetaram a produtividade na safra atual. Isso significa que os produtores devem estar preparados para possíveis variações no mercado e adaptar suas práticas de cultivo para mitigar os riscos climáticos e manter a rentabilidade.

QUEBRA NA PRODUÇÃO

De acordo com 7º Levantamento da Conab da safra 2023/24, divulgado em abril último, a área plantada de amendoim cresceu de 220,9 mil para 255,6 mil hectares (+15,7%) em relação à temporada passada, mas com uma queda na produção de 892,8 milhões para 842,1 milhões de toneladas (-5,7%). Esses números terão de passar por ajustes.

Apesar da trajetória positiva demonstrada pelo amendoim, haverá necessidade de especial cautela nos tratos culturais na safra atual (2023/24). A situação exigirá sabedoria em face da queda na produtividade agrícola. As regiões Central e Alta Paulista do estado de São Paulo enfrentaram adversidades climáticas, com comportamento heterogêneo nas áreas de cultivo.

Mesmo sendo considerado uma planta de resiliência às intempéries climáticas, o amendoim também foi afetado. O impacto negativo decorreu de uma pluviosidade irregular e em nível baixo, intercalada por elevadas temperaturas. Diante dos desastres meteorológicos, vários municípios decretaram estado de emergência.

No âmbito mundial, o amendoim nacional representa apenas 1% da área plantada. A oferta do Brasil pouco afeta o âmbito mundial, sem provocar oscilação dos preços no mercado internacional. Cerca de 30% da produção fica no mercado interno e 70% são destinados à exportação.

Em 2022, os embarques de grãos foram de 289,0 mil toneladas em quantidade, com US$ 333,4 milhões de receita. Os números aumentaram em 2023, para 298,0 mil toneladas (+3,77%) e US$ 443,0 milhões (+32,87%). Quando se olha para 2019, o Brasil exportou metade desse volume.

A exportação de óleo de amendoim do Brasil apresenta um desempenho favorável, com um total de 90 mil toneladas em 2023. Essa quantidade supera em 138% a média ao longo dos últimos dez anos. Em 2022, houve recorde, com um volume de 164 mil toneladas. A elevada cotação dos óleos vegetais no mercado internacional teve o impulso da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES

Em 2023, os cinco principais países importadores de produtos descascados do Brasil, abrangendo cerca de 72% do total da produção, foram Rússia (29%), Argélia (23%), Holanda (9%), África do Sul (6%) e Polônia (5%). Além desses destinos, outros 87 países fizeram aquisições, tais como Reino Unido, Colômbia, Espanha e Austrália.

É interessante analisar o choque nas quantidades e nas receitas das importações entre 2022 e 2023. Apesar de manter a posição de liderança, a Rússia diminuiu em quantidade, de 98 mil para 87 mil toneladas (-11%), mas aumentou em valor (+15%). Já na Argélia, os valores passaram para 67 mil toneladas (+72%) e US$ 105 milhões (+142%). O mesmo aconteceu na Holanda, em que os valores passaram para 27 mil toneladas (+15%) e US$ 42 milhões (+35%).

Os países europeus são portas de entrada para a Comunidade Europeia, onde estão instaladas diversas indústrias de *snacks*. Para o óleo, o comércio foca na China e na Itália, com participação de 97% do volume exportado.

Variáveis influentes no comércio internacional pesam, neste momento, para atenuar a apreciação nas cotações do mercado internacional de *commodities* em geral. De um lado, economias importantes elevaram as metas das taxas de juros para reduzir as pressões inflacionárias. De outro lado, elas o fazem por causa do ambiente bélico existente entre países.

A quebra na produção nacional de amendoim na safra atual (2023/24) deve, também, impactar a qualidade do produto. Existem os limites máximos toleráveis de resíduos (LMR) de pesticidas e de aflatoxina estabelecidos pelo exigente mercado europeu. As

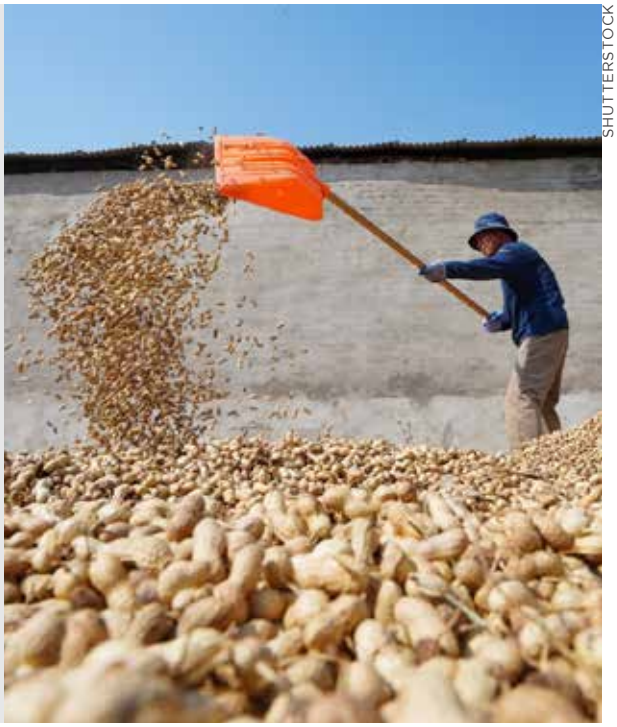
AMENDOIM NO MUNDO

Em termos globais, o amendoim, nos últimos dez anos, teve uma ampliação de 18%, enquanto a produção bateu 50,4 milhões de toneladas. Os dez maiores países concentram 80% desse volume. A maior participação cabe à China (36%), seguida pela Índia (12%). Os principais países localizam-se nos continentes asiático e africano.

Mesmo com uma produção substancial, a China representa o maior importador global, sendo seguida por Comunidade Europeia, Indonésia, Reino Unido e Vietnã. O consumo *per capita* chinês alcança 12,8 quilos por ano, acima do consumo médio mundial, de 6,0 quilos por dia.

A magnitude anual do comércio global corresponde a 5 milhões de toneladas. Para o Brasil, há a oportunidade de expandir a produção sem competir com outras culturas agrícolas e, desta forma, ampliar a sua participação no comércio global.

Sendo uma fonte proteica vegetal e rica em energia, o amendoim é acessível ao consumidor em todas as classes sociais, sendo consumido *in natura*, como óleo, pasta e ingrediente para a indústria global de chocolates e *snacks*.



SHUTTERSTOCK

exportações brasileiras estão preparadas para montar lotes homogêneos que atendam essas condições.

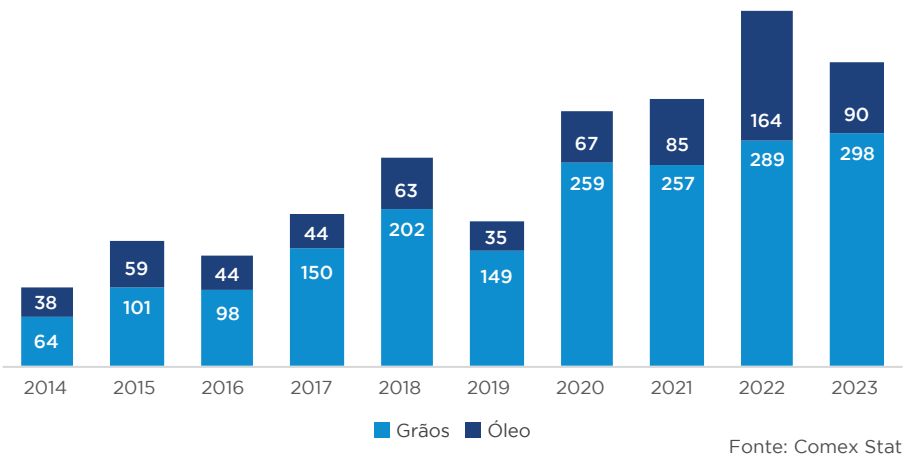
A Câmara Setorial de Amendoim do estado de São Paulo protagoniza a aglutinação dos empreendedores atuantes no setor. No plano interno, as atividades fomentam as políticas públicas, montam parcerias público-privadas e articulam trabalhos de pesquisa e desenvolvimento. Já no plano externo, ações concentram-se na comunicação e *marketing*, na autorregulação da qualidade e na promoção das exportações.

Os grãos, os óleos e os semielaborados de amendoim colocam o Brasil em uma posição de relevo na exportação do mercado internacional: sexto lugar nos grãos e primeiro no óleo. As vendas externas impulsionam os produtores a terem uma alternativa além do plantio e da rotação com cana-de-açúcar. A trajetória motiva o desenvolvimento da cadeia produtiva.

Diante do momento atual, tornam-se fundamentais o equilíbrio e a construção de estratégias para dar suporte ao setor produtivo, em especial o produtor rural, na continuidade desse processo virtuoso. ■

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE GRÃOS E ÓLEO DE AMENDOIM (MILHARES DE TONELADAS)

Em 2023, a exportação de óleo de amendoim totalizou 90 mil toneladas, 138% a mais do que a média dos últimos dez anos, mas inferior ao volume recorde do ano anterior, de 164 mil toneladas.



Fonte: Comex Stat

Aglutinando os empreendedores do setor, a Câmara Setorial de Amendoim de São Paulo tem colaborado, no plano interno, fomentando políticas públicas e trabalhos de P&D e, no plano externo, focando em *marketing*, promoção das exportações e autorregulação.

*Presidente da Câmara Setorial de Amendoim da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

A EXPANSÃO DA CLASSE MÉDIA CHINESA E A RELAÇÃO BRASIL-CHINA

CICERO ZANETTI DE LIMA*

O crescimento projetado para a classe média chinesa até 2030 interessa muito ao agronegócio brasileiro, especialmente devido ao aumento no consumo de carne bovina pela China. Dado o uso de soja como ração para o gado, são projetados efeitos na compra de soja brasileira pela China. Destacam-se, assim, a necessidade de se conseguir novos parceiros para o setor e a mudança em curso nas relações Brasil-China. Lançando luz nessa discussão, o projeto desenvolvido pelo FGV Agro e pelo órgão chinês CAAS tem como missão ser um elo entre os âmbitos científico e político de ambos os países, fomentando o diálogo e a cooperação entre seus atores.

ENTRE 29 de abril e 3 de maio último, aconteceu mais uma semana de atividades no escopo do projeto desenvolvido pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) e pela Chinese Academy of Agricultural Sciences (CAAS) com apoio da The Nature Conservancy (TNC).

O projeto tem como objetivo criar uma plataforma de pesquisa entre as duas instituições – o FGV Agro e a CAAS – para o desenvolvimento de conhecimento público para as cadeias de valor de soja e carne bovina no comércio internacional entre o Brasil e a China. A pesquisa e a evidência empírica são fundamentais para o desenvolvimento de quaisquer sistemas de rastreabilidade e certificação que garantam a qualidade e a sustentabilidade do processo em ambos os mercados.

A plataforma de pesquisa Brasil-China entende que a criação de qualquer selo – isoladamente – não solucionará todos os desafios. A missão do grupo consiste em ser o elo entre conhecimento científico e desenvolvimento de políticas associadas ao tema, tanto do lado brasileiro, quanto do lado chinês. Deve atuar, assim, como um *think tank* para o diálogo e a cooperação entre pesquisadores, empresas e poder público dos dois países.

Todo o conhecimento gerado pela plataforma de pesquisa estará publicamente disponível após o seu lançamento, previsto para outubro próximo.

Pelo lado da CAAS, a pesquisa tem foco na demanda dos consumidores chineses. Um estudo empírico realizado nas cidades de Pequim e Xangai reuniu 720 entrevistados, que foram unânimes ao afirmar a predileção por produtos mais sustentáveis. Os consumidores chineses estão dispostos a pagar, em média, 22,5% a mais do que o preço atual do quilo de carne do Brasil, mas com a garantia e a certificação de que a proteína venha de rebanhos em áreas que atendam as exigências legais do Código Florestal.

Outros resultados do estudo mostram que, por um lado, em geral, esses consumidores são mulheres, jovens, com Graduação e algum conhecimento básico do que são desmatamento e mudanças climáticas. Por outro lado,



DIVULGAÇÃO FGV

o consumidor mais desinformado responde melhor, ou seja, aumenta mais do que a média a sua disposição a pagar pela carne ao conhecer o que é o sistema de rastreabilidade e certificação.

Mas por que esse mercado é tão importante?

POPULAÇÃO E RENDA

Assim como em qualquer lugar do mundo, a definição de classe média também é confusa na China. Há várias definições e divisões. A definição mais difundida é a do National Bureau of Statistics of China (NBS of China), em que o "grupo classe média" é tipicamente representado por uma família com três pessoas, com renda domiciliar *per capita* entre RMB 19.303,00 (US$ 2.744,00) e RMB 47.397,00 (US$ 6.738,00). Usando essa abordagem, a grande classe média chinesa totalizou 400 milhões de pessoas em 2017 – mais de 140 milhões de famílias. Em abordagens do Banco Mundial e do Pew Research Center, esse número chega a 700 milhões de pessoas.

Mais de 80 milhões de pessoas serão adicionadas à classe média e de alta renda chinesa entre 2022 e 2030, segundo o Pew Research Center. O interessante é onde esse incremento irá ocorrer. É esperado que isso aconteça em cidades de "terceira linha" ou menores – geralmente, capitais de províncias afastadas –, diferentemente de cidades de "primeira linha", como Pequim, Xangai e Guangzhou, e de "segunda linha", como Chengdu, Hangzhou e Chongqing.

O governo chinês reconhece o papel fundamental da classe média como determinante para um desenvolvimento econômico sustentável e com estabilidade social. As políticas de mitigação da pobreza fazem com que milhares de pessoas ingressem na classe média ano a ano. Diante disso, há diversas políticas que beneficiam essa classe, direta e indiretamente, como, por exemplo, a progressão da alíquota do imposto de renda.

CONSUMO E PADRÕES DE DIETA

Há um conjunto de políticas para proteção dos direitos dos consumidores promovendo confiança com foco nos interesses da classe média. Essa é a prova de que o governo chinês reconhece a importância dessa parcela da população no processo de crescimento econômico. A definição de rigorosos regulamentos de qualidade e segurança dos produtos é um exemplo disso. Esses regulamentos cobrem aspectos como rotulagem, embalagem e testes de produtos. Ao impor normas rigorosas, o governo pretende impedir a venda de produtos de qualidade inferior ou inseguros, garantindo que os consumidores tenham acesso a produtos de alta qualidade. Como resultado, o padrão de consumo dessa classe média está alinhando-se com padrões de consumo de outros países em termos de produtos e serviços. Para se ter uma ideia, antes da pandemia de COVID-19, foram comercializados 26,1 milhões de veículos de passeio na China, mais do que nos Estados Unidos, na Alemanha e no Japão juntos em 2020.

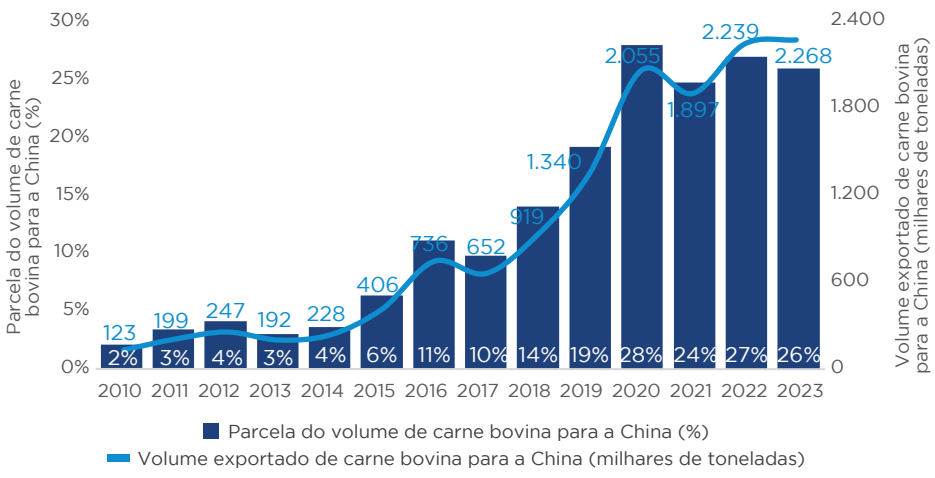
A principal mudança na dieta que interessa ao agronegócio brasileiro é o aumento no consumo de proteína animal, em especial carne bovina. Há projeções de um crescimento no mercado de carnes de 19,99% ao ano entre 2023 e 2027. A classe média será o principal motor desse crescimento. Estamos falando de um mercado consumidor de 500 milhões de pessoas, ou, em outras palavras, dois Brasis. Ao mesmo tempo, conforme a pesquisa demonstrou, cresce a conscientização da origem dos alimentos, deslocando a demanda para carnes com alta qualidade e novos padrões de produção e comercialização.

"As políticas de mitigação da pobreza [na China] fazem com que milhares de pessoas ingressem na classe média ano a ano. Diante disso, há diversas políticas que beneficiam essa classe, direta e indiretamente..."

A relação comercial de carne bovina entre o Brasil e a China cresceu rapidamente nos últimos anos. Do total

BRASIL: VOLUME EXPORTADO DE CARNE BOVINA PARA A CHINA E PARTICIPAÇÃO DA CHINA NAS EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA DO BRASIL

Em dez anos, o volume de carne exportada para a China cresceu quase 900%. Na média dos últimos cinco anos, 25% das exportações do Brasil têm o país asiático como destino.



Fonte: Agrostat/MAPA

exportado de carne bovina, apenas 2% do volume foi para a China em 2010. Já em 2023, essa parcela atingiu 26%. O volume exportado foi de 2.268 mil toneladas, o que corresponde a quase 60% de toda a carne bovina importada que entra no mercado chinês.

O PAPEL DA SOJA

A expansão do mercado de proteína animal na China também tem efeito indireto nas exportações brasileiras de soja, uma vez que o grão (posteriormente processado na China) ou o farelo são insumos para ração animal. O Ministério da Agricultura chinês – Ministry of Agriculture and Rural Affairs (MARA) – projeta uma redução da dependência externa de soja em cerca de 16 milhões de toneladas até 2032.

A produção doméstica de soja na China pode atingir 36,7 milhões de toneladas, com uma produtividade ainda bastante baixa, de 2.745 quilos por hectare. Considerando que o Brasil assuma todo esse risco, estamos falando de uma redução de até 21% nas exportações para a China (considerando o volume exportado de 74 milhões de toneladas em 2023). É claro que esse risco será dividido com os mercados norte-americano e argentino. Contudo, é uma projeção de redução de compra que deve ficar no radar do setor.

Fica evidente, sob essas condições, a importância da abertura de novos parceiros comerciais para a soja brasileira, ao mesmo tempo em que se desenha uma nova dinâmica na relação comercial Brasil-China. Do lado de lá, há um enorme mercado consumidor que, com o aumento da renda, naturalmente, substitui o consumo de outras proteínas pela carne bovina. Contudo, o aumento da renda também traz consigo uma maior educação, mais conhecimento e decisões ambientalmente corretas. Há uma pressão por mais exigências ambientais no comércio e na produção.

O projeto desenvolvido pelo FGV Agro e pela CAAS com apoio da TNC coloca luz nessa discussão ao apontar para o mercado privado e as instituições públicas – de ambos os países – que os mecanismos inteligentes de rastreabilidade e certificação agregam valor e sustentabilidade econômica e ambiental à relação comercial Brasil-China. ■

Dada a expansão projetada para a produção de soja na China e a consequente redução nas exportações do Brasil para o país, desenha-se uma mudança na relação entre os dois países e fica clara a importância da abertura de novos mercados para a soja brasileira.

*Professor do MBA Executivo da FGV, pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia (OCBio/FGV) e coordenador científico do Projeto FGV Agro-CAAS-TNC – cicero.lima@fgv.br



SHUTTERSTOCK

DESASTRES CLIMÁTICOS E PLANOS DE ADAPTAÇÃO

LEONARDO MUNHOZ*

Como forma de pensar a minimização de catástrofes climáticas como a vivida no Rio Grande do Sul recentemente, este artigo aborda os Planos de Adaptação. Internacionalmente, esse instrumento já estava previsto no Acordo de Paris e o tema vinha sendo discutido antes. Nacionalmente, além de haver um Plano instituído, há um PL que propõe a substituição por um novo Plano, o que se revela contraproducente dada a urgência de medidas. Já a situação dos Planos estaduais é de atraso generalizado, com destaque para o estado gaúcho, que não especifica no seu plano medidas efetivas para evitar situações extremas. Comenta-se, ainda, como a falta de efetivação da dispensa de licenciamento ambiental em casos de emergência leva a judicializações e desincentiva a realização de obras de contenção por prefeituras.

COM A catástrofe ocorrida no Rio Grande do Sul, ficam evidentes a força e a consequência dos eventos extremos causados pelas mudanças climáticas. Nesse sentido, é de se pensar como minimizar ou até evitar esses desastres.

Para isso, devemos observar o instrumento dos Planos de Adaptação, que são compromissos de governos em atingir capacidade de adaptação ao clima, levando em consideração a proteção humana, da natureza e da economia segundo a realidade de cada país. Esses Planos devem ter como foco principal os setores de água/saneamento, comida/agricultura, ecossistemas, infraestrutura e saúde, cultura e sustento da população. O compromisso dos Planos de Adaptação está presente tanto no Direito Internacional, como no ordenamento nacional.

Conforme será discutido, a prioridade de elaborar esses planos já existe desde a década passada, mas houve pouca evolução. A novidade, agora, é a definição, na 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 28/UNFCCC, nas siglas em inglês), de prazos para os países signatários do Acordo de Paris enviarem seus planos (até 2025) e começarem a implementá-los (até 2030).

No Brasil, o Plano Nacional de Adaptação (PNA) foi submetido em 2016, mas só teve um monitoramento em 2017 e, depois, foi abandonado. O Congresso está discutindo a criação de um novo PNA por meio de uma lei. No entanto, considerando os prazos do Acordo de Paris e a urgência das medidas de adaptação, essa superposição de planos pode ser prejudicial ao País.

Em nível estadual, os Planos de Adaptação estão ainda mais atrasados. Muitos estados não desenvolveram seus Planos e não implementaram medidas eficazes. No Rio Grande do Sul, por exemplo, não há obras de contenção ou drenagem; há apenas a capacidade de responder a desastres, mas sem medidas para evitá-los.

Além disso, para realizar grandes obras de adaptação climática, o Brasil enfrenta insegurança jurídica. Embora a lei permita a dispensa do licenciamento ambiental em casos urgentes, isso não é claro na prática, levando à judicialização e desincentivando as prefeituras a realizarem obras. A recente catástrofe no Rio Grande do Sul não foi imprevisível, e o Brasil precisa tomar ações concretas e fornecer segurança jurídica para implementar medidas de adaptação, especialmente obras de infraestrutura hídrica e hidráulica.

"No Brasil, o Plano Nacional de Adaptação (PNA) foi submetido em 2016, mas só teve um monitoramento em 2017 e, depois, foi abandonado. O Congresso está discutindo a criação de um novo PNA por meio de uma lei."

ESCOPO INTERNACIONAL

O Acordo de Paris, assinado em 2015 e incluído na legislação brasileira pelo Decreto nº 9.073/17, prevê que os seus países signatários criem seus Planos de Adaptação para enfrentar as mudanças climáticas. O art. 7 do Acordo declara que os países devem definir objetivos globais de adaptação às mudanças climáticas por meio dos PNAs (ou National Adaptation Plans – NAPs).

Com relação à elaboração dos PNAs, na última conferência do clima em 2023 (a COP 28), os países aprovaram o texto do Global Stocktake (GST). Este mostrou-se inédito não somente por falar da transição energética gradual para o fim do uso de combustíveis fósseis, mas também por relatar como os países estão cumprindo seus Planos de Adaptação. Conforme o GST, 140 países estão em processo de elaborar seus respectivos Planos, sendo que somente 47 já submeteram e/ou comunicaram os seus. O GST também estabeleceu que os países

devem enviar seus Planos de Adaptação até 2025 e começar a colocá-los em prática até 2030.

Além disso, também na última COP, num evento relacionado ao Acordo de Paris (CMA 5), os países fizeram a primeira declaração internacional sobre a necessidade e a prioridade de adaptação climática, chamada de UAE Framework for Global Climate Resilience. Esta também tem como meta guiar o progresso e o desenvolvimento das medidas de adaptação.

Embora o Acordo de Paris tenha dado mais destaque ao tema da adaptação climática, este não é um assunto novo. Desde 2001, os países menos desenvolvidos já discutiam o tema, e, em 2010, foi criado o Comitê de Adaptação – cinco anos antes do Acordo de Paris. Além disso, a ideia de criar Planos de Adaptação já estava presente no Cancun Adaptation Framework, também de 2010. Portanto, a noção de se criar metas de adaptação às mudanças climáticas já existia e somente foi reforçada no Acordo de Paris, em 2015.

Portanto, o tema e a necessidade de endereçar a adaptação climática existem há pelo menos uma década no escopo da UNFCCC. Essa questão foi repaginada em 2015 e ainda continua sendo discutida, sem que haja uma efetiva implementação dos PNAs pelos países signatários.

ESCOPO NACIONAL

O Brasil submeteu o seu PNA ao Secretariado do Acordo de Paris em 2016. Ele foi instituído pela Portaria nº 150 do então Ministério do Meio Ambiente (MMA). Essa obrigação de criar Planos de Adaptação nacionais está prevista na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), desde 2009 (Lei Federal nº 12.187). O PNA considera onze setores prioritários, praticamente os mesmos já previstos no Acordo de Paris, mas detalhando melhor a parte de recursos naturais, com menção à biodiversidade, à indústria de mineração e às Zonas Costeiras. Apesar de o Brasil ter submetido o PNA em 2016, este somente teve um relatório de monitoramento da sua implementação em 2017. Desde então, o Plano não teve nenhuma atualização ou monitoramento.

O Congresso Nacional vem, atualmente, debatendo o Projeto de Lei (PL) nº 4.129/21, com o propósito de instituir um novo PNA, substituindo o atual. Esse PL iniciou-se na Câmara dos Deputados (já tendo sido aprovado na casa) e acabou de ser aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal (isto é, em fevereiro último). No seu texto atual, pretende-se criar um plano nacional com a participação de estados e municípios, bem como da sociedade civil – haveria governança federativa para metodologias e monitoramento.


SHUTTERSTOCK

Devemos nos perguntar se realmente é necessário apresentar um PL para substituir o PNA atual. O processo legislativo pode ser uma via complexa e morosa para um instrumento técnico como um PNA. Dados os prazos de submissão (2025) e implementação (2030) do PNA e a necessidade de minimizar eventos extremos, seria mais diligente e eficaz efetuar a atualização do PNA por meio de outro instrumento normativo, como um Decreto ou uma nova Portaria do MMA.

ESCOPO ESTADUAL

Com o PL nº 4.129/21, previu-se a criação dos Planos de Adaptação estaduais, com seus respectivos prazos de implementação. Alguns estados já elaboraram ou estão em processo de elaboração de seus planos. São Paulo, por exemplo, vem desenvolvendo o seu Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática (PEARC), tendo sido este objeto de uma reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) em 25 de outubro de 2023, porém ainda sem apresentar nada de concreto.

Em especial, o Rio Grande do Sul, com base na sua lei estadual de mudanças climáticas (Lei Estadual nº 13.594/10), teria o seu plano estratégico de adaptação, a Agenda Pró-Clima 2050. Esta traça um mapa geral estratégico para o período 2023-2026, de forma a reduzir as emissões de carbono do estado em 50% até 2030 e impulsionar o enfrentamento das mudanças climáticas.

A Agenda Pró-Clima 2050 possui quatro eixos centrais: transição energética; redução de emissões; educação ambiental; e adaptação e resiliência. É

importante destacar que, nos três primeiros eixos, o governo gaúcho cita programas e políticas públicas estaduais já existentes (como, por exemplo, o Plano ABC/RS), mas, no quarto eixo, somente menciona que deve ocorrer de "forma transversal e intersetorial", bem como só informa que o estado "tem capacidade de resposta" para desastres climáticos. No entanto, não define ações específicas para obras preventivas e/ou de contenção para eventos climáticos extremos.

Na esfera federal, também há ausência de um plano de obras emergenciais e/ou de contenção para desastres climáticos, tanto no plano atual de adaptação climática do governo federal, como no PL nº 4.129/21, atualmente em trâmite no Congresso Nacional. O PNA e o PL focam em redução de emissões, sem contemplar obras de adaptação para eventos climáticos.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE OBRAS EMERGENCIAIS

Para obras de grande porte, há o licenciamento ambiental, que é um processo administrativo realizado pelos órgãos ambientais competentes (federal, estaduais e municipais) para a instalação, a ampliação e operações de empreendimentos que utilizem recursos naturais. De forma breve, o licenciamento ambiental ocorre por meio de instrumentos centrais: o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), seguido das Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO). Cada um deles tem seus respectivos prazos e condicionantes para que a atividade econômica ou a obra possa ser realizada.

Existem exceções em que o licenciamento ambiental pode ser dispensado, com base no interesse público e na calamidade pública. No entanto, isso nem sempre acontece na prática.

A despeito da previsão legal para dispensa de licenciamento em casos de interesse público e obras por calamidade, tal fato não se traduz totalmente em realidade. Hoje, muitas obras públicas para evitar eventos de calamidade são judicializadas, devido à falta de estudos de licenciamento ambiental (*vide* o caso da Prefeitura de Aracaju no boxe).

Atualmente, o Congresso Nacional vem debatendo uma nova lei para o licenciamento ambiental (PLs nº 2.159/21 e nº 3.729/04) de forma a substituir a norma atual (Resolução CONAMA nº 237/97). Entretanto, esses textos não abordam a possibilidade de um maior alinhamento das prefeituras e dos governos estaduais com os órgãos do Ministério Público (MP) sobre a dispensa e/ou a rapidez de licenciamento por urgência para obras climáticas.

Em um futuro de eventos climáticos extremos, demandando obras emergenciais rápidas, isso pode ser prejudicial. Certamente, o estado do Rio Grande do Sul irá demandar uma maior infraestrutura hídrica e obras em grande escala para evitar futuros alagamentos, e um cenário de insegurança jurídica acerca da realização dessas obras não é positivo. ■

PROJETO DE DEFESA LITORÂNEA DA PRAIA 13 DE JULHO

A Prefeitura de Aracaju criou um projeto para melhorar a contenção da praia 13 de Julho, que corria o risco de desabar devido às ondas altas, e para melhorar o tráfego local, que já estava prejudicado. O projeto foi apresentado em 2012, e as obras foram iniciadas em 2013. Porém, em 2016, o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual (MPE) questionaram o projeto judicialmente no Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região. Eles tinham dúvidas sobre a necessidade de licenciamento ambiental, já que a obra era urgente – mas era uma obra definitiva e, portanto, deveria ter licenciamento. Além disso, houve a remoção de vegetação sem autorização.

Em 2017, a Prefeitura de Aracaju e a Empresa Municipal de Obras e Urbanização (EMURB) foram parcialmente condenadas. O TRF da 5ª Região decidiu que, embora o licenciamento ambiental não fosse necessário devido à urgência da obra, a Prefeitura deveria reparar os danos causados pela remoção da vegetação. Por não ter feito os estudos de impacto ambiental necessários, precisaria apresentar um projeto de reparação ambiental da vegetação removida (AC591670-SE).

Quanto à supressão de vegetação, deve-se destacar que o Código Florestal permite que haja supressão de vegetação sem autorização de órgão ambiental no caso de obras emergenciais de interesse da defesa civil para prevenção e mitigação de acidentes (Lei Federal nº 12.651/12, art. 8, § 3).

O processo foi encaminhado para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2018 e permanece em aberto no TRF da 5ª Região. Ou seja, são oito anos de litígio de uma obra para contenção de altas das ondas, o tipo de fenômeno esperado para um futuro de mudanças climáticas. Esse caso evidencia insegurança jurídica na dispensa de licenciamento ambiental para obras emergenciais e falta de sincronia do poder Executivo local com os membros do MP.

"Certamente, o estado do Rio Grande do Sul irá demandar uma maior infraestrutura hídrica e obras em grande escala para evitar futuros alagamentos, e um cenário de insegurança jurídica acerca da realização dessas obras não é positivo."

* Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

A COP 30 E O FUTURO DA AGRICULTURA TROPICAL BRASILEIRA

IZABELLA TEIXEIRA*

Ocorrida em maio último, em São Paulo, uma reunião para tratar da presidência do Brasil no G20, no BRICS+ e na COP 30 e das perspectivas da agricultura contou com a presença do diretor-geral do IICA. Discutiu-se a necessidade de uma narrativa assertiva para a agricultura tropical em meio à Era Climática. Transcorridos dez anos desde o Acordo de Paris, o Brasil tem, com a COP 30, uma oportunidade única para tratar de forma estratégica a agenda de descarbonização da sua agricultura. Para isso, precisa pôr de lado as narrativas de negacionismo e focar no debate baseado na Ciência. A reunião de São Paulo apontou as distâncias entre o Governo e o setor produtivo do Brasil, estando os esforços aquém das possibilidades do País. O mundo está em movimento, e o Brasil precisa movimentar-se também.

HÁ ALGUMAS semanas, o diretor-geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Manuel Otero, participou de uma reunião em São Paulo para discutir as perspectivas da agricultura da América Latina e os desdobramentos da presidência do Brasil no G20, no BRICS+ e na 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30/UNFCCC, nas siglas em (inglês), a ser realizada em novembro de 2025. Otero observou o processo de transformação dos sistemas agroalimentares no mundo, os desafios globais emergentes nas seguranças alimentar e nutricional e os desafios impostos à cooperação internacional global e regionalmente. Enfatizou, ainda, que o futuro da cooperação técnica está voltado aos temas supranacionais, destacando a urgente necessidade de uma narrativa contemporânea assertiva (e não mais reativa) para a agricultura tropical como produtora sustentável de alimentos na Era Climática.

Embora sejam processos e dinâmicas internacionais distintos, o exercício da presidência pelo Brasil nos próximos dois anos representa uma oportunidade única para o País. Os impactos políticos, econômicos e legais do G20 e do BRICS+ são diferentes do processo da COP 30, que será um marco para o Brasil e a América Latina. Afinal, a Conferência marcará os dez anos do Acordo de Paris e acolherá decisões estratégicas legalmente vinculantes para a economia global. Cabe destacar, em particular, a adoção das novas ambições de redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE), além dos desafios que cercam as trajetórias de adaptação às mudanças do clima.

O OLHAR DA AGRICULTURA

Observe-se que, no caso da agenda global de mudança do clima, a agricultura é tradicionalmente abordada pela sua exposição, pelas vulnerabilidades ao risco climático e pelo alto potencial de impacto sobre a produção de alimentos. Essa leitura ainda é a mais comum, embora a agenda de uso da terra também inclua o tema do desmatamento ilegal de florestas e das emissões de dióxido de carbono associadas. Os impactos ambientais são de grande magnitude e exigem que a produção de alimentos adote novas tecnologias, aumente a produtividade e faça uso de soluções que estejam alinhadas com a natureza e sejam resilientes.

Cabe anotar que o regime climático global, definido na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), teve a sua negociação estabelecida pela Ciência, ganhou importância política pela perspectiva ambiental e, hoje, é, claramente, uma negociação econômica e de interesse dos Estados. Trata-se de um desafio global imposto pela natureza para todos os países do mundo e que define mudanças e possibilidades extraordinárias de desenvolvimento. O Brasil é um dos países com maior potencial de benefícios se souber lidar de fato com os desafios que a agenda climática impõe neste século. Para isso, é preciso parar de perder tempo e buscar orientar um novo debate nacional sobre os desafios que cercam a agricultura tropical brasileira nos próximos trinta anos.

"...é preciso parar de perder tempo e buscar orientar um novo debate nacional sobre os desafios que cercam a agricultura tropical brasileira nos próximos trinta anos."

O BRASIL PRECISA DEFINIR A SUA ESTRATÉGIA

É tempo de o Brasil voltar a falar dos seus próprios desafios e definir uma base de diálogo com a sua sociedade e as suas instituições se ambiciona liderar processos internacionais de interesse nacional. Impressiona a distância entre Brasília e o resto do País no que se refere


SHUTTERSTOCK

à visão, aos conteúdos e às perspectivas estratégicas das reuniões do G20, do BRICS+ e da COP 30. É urgente que o Brasil volte a conversar internamente sobre os seus interesses, visão e estratégias se busca ser reconhecido como líder regional e global da agenda climático-ambiental. Para isso, precisa tratar de forma ampla e estratégica a agenda econômica, social e tecnológica de descarbonização da sua agricultura, desde os pequenos até os grandes produtores de alimentos, e ter clareza dos seus interesses.

Precisamos deixar de lado o **achismo** ou o negacionismo climático, focando no debate e na construção de entendimentos comuns baseados na Ciência, em valores e em decisões tomadas em conjunto. Afinal, o Brasil é um país com alternativas e deve valorizar as suas singularidades, como a Amazônia, as suas reservas hídricas e a sua capacidade de oferecer soluções.

É urgente que se crie uma visão comum, uma narrativa atual e uma agenda estratégica para a agricultura tropical brasileira no contexto da neutralização das emissões de GEE e que se busque um desenvolvimento sustentável para o País. Sabemos que a agricultura tropical brasileira é fundamental para as seguranças alimentar, nutricional e energética do Brasil e do mundo. A descarbonização da economia global pode e deve incluir o Brasil, e os setores agrícola e ambiental têm responsabilidade nesse desafio.

ATRASO NO ASPECTO POLÍTICO

No entanto, a percepção política é de que estamos atrasados. Não está claro quem coordena o que em Brasília na perspectiva nacional. A COP 30 encerrará um processo internacional de liderança brasileira envolvendo centenas de reuniões no Brasil e no exterior, mas com pouca conexão com a sociedade. Os desafios que assombram o mundo também assombram o nosso País: seguranças alimentar e energética, mudanças climáticas e desigualdades sociais. Então, onde está o Brasil discutindo de fato os nossos interesses e o nosso papel, organizando a agenda dessa gente bronzeada?

Para isso, é preciso liderança e diálogo aberto e permanente, alinhando as dinâmicas internacionais e nacionais. Não há espaço para amadorismo ou modismos nesse processo de ambição climática e no futuro da agricultura tropical. Os temas são conhecidos e nada triviais: mitigação de emissões e adaptação, comércio internacional, rastreabilidade, erradicação da fome, biocombustíveis, fim do desmatamento ilegal, sustentabilidade, entre outros. Os prazos são exíguos, e os atores do setor privado e da Academia, os produtores e os seus representantes políticos precisam ser mobilizados e engajados.

"É urgente que o Brasil volte a conversar internamente sobre os seus interesses, visão e estratégias se busca ser reconhecido como líder regional e global da agenda climático-ambiental."

VOLTA AO COMEÇO

A reunião em São Paulo acabou denunciando a longa distância entre o Governo e o Brasil produtor. Os esforços que estão sendo feitos são bem menores do que as possibilidades do Brasil. Precisamos alinhar conceitos, visões e realidades em todo o País para realmente estruturar as transições necessárias e adotar a produção de alimentos de baixo carbono com inclusão social e econômica.

A COP 30 vai acontecer na Amazônia, mas ela envolve os interesses e os desafios de desenvolvimento sustentável do Brasil como um todo e, também, da América Latina. Essa agenda requer uma visão política inovadora e moderna dos desafios da agricultura tropical. O Brasil mudou e o mundo mudou desde o Acordo de Paris, em 2015. O mundo está em movimento, e o Brasil precisa movimentar-se também. ■

* Copresidente do Painel Internacional de Recursos Naturais (IRP, na sigla em inglês), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)



FGV IN COMPANY

SOLUÇÕES EFETIVAS E IMEDIATAS PARA DESAFIOS CONCRETOS DO AGRONEGÓCIO.

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa acompanhar as mudanças da sociedade. Para isso, a **FGV In Company** desenvolve os *Power Skills* das futuras lideranças desse mercado.

É um programa específico de orientação das habilidades técnicas e comportamentais, que mostra seus impactos no desempenho profissional e na gestão da carreira dos colaboradores, a partir das novas ferramentas digitais, com o propósito de uma formação de líderes completos e de articulações estratégicas.

Conte com os melhores resultados para sua organização.

FGV IN COMPANY

ENTRE EM CONTATO E SAIBA MAIS:

SHUTTERSTOCK



CONVERTENDO DESAFIOS EM OPORTUNIDADES: EXPECTATIVAS PARA OS FERTILIZANTES ESPECIAIS

abisolo

COMO TODOS sabem, 2023 foi um ano de grandes desafios para a agropecuária brasileira. Mas isso não é novidade para quem atua no setor, uma vez que os resultados da produção agropecuária – leia-se, produtividade e rentabilidade – se dão em "ciclos". Ora estamos com "céu de brigadeiro", ora no meio de uma "tempestade perfeita".

É esse movimento cíclico que nos motiva a persistir na construção de políticas públicas que garantam a segurança jurídica tão necessária para a consolidação das empresas e a manutenção de investimentos que possibilitem avanços importantes em tecnologia e inovação. Como exemplo, tem-se o setor de insumos e os produtores agropecuários, que precisam focar em produtividade, qualidade e sustentabilidade para estar blindados quando chegar a vez da "tempestade perfeita".

Reduzir o custo da unidade produzida deve ser o foco, ainda que, para isso, seja necessário fazer maiores investimentos.

Tenho tido a grata satisfação de participar de diversas discussões, em diversos foros, sobre políticas públicas que assegurem a competitividade da agricultura brasileira. Nesses eventos, sempre levo comigo a bandeira da segurança jurídica e do agronegócio como setor estratégico para o desenvolvimento do País.

Nas questões tributárias, quando a segurança jurídica é ainda mais relevante, temos assistido a um aumento sistemático da carga tributária sobre os fertilizantes, sempre sob o pretexto de aumentar a produção nacional e reduzir as importações, mas que, até agora, só resultou em um aumento nos custos de produção para os agricultores. Estamos atuando, junto com o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), para que a tão esperada reforma tributária traga uma lógica tributária mais compatível com a manutenção da nossa competitividade.

Na Coalizão de Insumos Agropecuários, formada pela Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo) e pelas entidades Associação Nacional das Empresas de Produtos Fitossanitários (AENDA), Associação dos Misturadores de Adubo do Brasil (AmaBrasil), Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII), Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) e Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), o apoio ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 174/19 – do deputado José Mário Schreiner (MDB/

GO) –, ao PL nº 2.022/22 – do deputado Marco Bertaiolli (PSD/SP) –, ao PLP nº 138/22 – do deputado Sérgio Souza (MDB/PR) – e ao PL nº 4.070/23 – do deputado Alceu Moreira (MDB/RS) –, que têm como objetivo estabelecer em lei benefícios concedidos há décadas para os insumos agropecuários, é uma das estratégias centrais.

Na Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA), do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), da qual tive a honra de ser nomeado presidente para o período 2024-2025, discutiremos temas relevantes para o desenvolvimento da indústria de insumos para a produção agropecuária.

No *front* dos bioinsumos, avançamos muito. Além de darmos sequência ao trabalho de difusão e regulamentação dos biofertilizantes, dos fertilizantes orgânicos e dos condicionadores de solo, incorporamos o segmento de agentes biológicos de controle à nossa agenda de trabalho, especialmente considerando as demandas das nossas empresas associadas que também atuam nesse segmento de produtos.

Ampliamos a nossa visão sobre a importância estratégica dos bioinsumos, o que nos permitiu estruturar ainda melhor a nossa proposta de substitutivo aos PLs nº 3.668/21 e nº 658/21, em tramitação na Câmara dos Deputados. Temos como objetivo construir um marco legal consistente que dê a segurança jurídica necessária para a continuidade dos investimentos em inovação desse setor que é cada vez mais estratégico para o crescimento da agropecuária brasileira e a valorização dos alimentos "*made in Brazil*".

Dada a qualidade cíclica do setor agropecuário, que faz com que ele persista na consolidação dos avanços conquistados até aqui, não surpreende que 2023 tenha trazido grandes desafios para a agropecuária desenvolvida no Brasil.

Ainda que 2024 seja um ano desafiador para a agropecuária brasileira, enxergo que será um ano de muitas oportunidades, especialmente para as indústrias que atuam nos segmentos representados pela Abisolo. As movimentações no mercado e o alto número de consultas que recebemos de empresas, investidores e novos entrantes não deixam dúvida quanto a isso.

Clorialdo Roberto Levrero
Presidente do Conselho Deliberativo da Abisolo

SHUTTERSTOCK



O MERCADO BRASILEIRO DE FERTILIZANTES ESPECIAIS EM 2023

A expectativa dos executivos da indústria de fertilizantes especiais para 2023, identificada na Pesquisa Abisolo realizada entre janeiro e fevereiro daquele ano, era de um crescimento importante dos negócios.

Na ocasião, já era possível identificar uma tendência de queda nos preços de venda das *commodities* agrícolas e dos fertilizantes, especialmente os NPK convencionais e suas variações, porém com uma expectativa de impacto moderado sobre os negócios.

Na prática, a redução nos preços veio com uma maior intensidade. A taxa de câmbio, componente importante para o resultado de rentabilidade da produção, especialmente quando se trata de exportações, também não ajudou.

As condições climáticas – tradicionalmente mais voláteis em uma região de clima tropical como a nossa – foram impactadas pelo fenômeno El Niño, de grande intensidade, o que não só reduziu a janela de plantio da soja – em muitos casos, demandando replantio –, como impactou o milho de segunda safra.

Nesse ambiente, a tomada de decisão de compra pelos produtores foi adiada ao máximo, comprometendo, em certa medida, a logística de entrega dos insumos.

A definição do pacote tecnológico a ser utilizado na produção precisou ser revista, tanto do ponto de vista da racionalização dos custos de produção, quanto do ponto de vista tecnológico, especialmente considerando possíveis riscos da perda de produtividade em função das condições climáticas adversas.

Nesse cenário, os diversos insumos para a produção agrícola foram impactados de forma e em intensidade diferentes, inclusive em relação ao comportamento dos preços. É possível afirmar que todos os principais insumos, especialmente aqueles mais "commoditizados", tiveram alguma redução nos preços, o que, por si só, impactou o resultado de faturamento da indústria.

Os fertilizantes especiais, que vinham de uma trajetória de crescimento expressivo nos últimos dez anos, experimentaram um crescimento menor, mas tiveram confirmada – em importantes segmentos de produtos – sua trajetória de aumento continuado de adoção. Os fertilizantes organominerais e os orgânicos sólidos para aplicação no solo foram os mais impactados, uma vez que os preços dos fertilizantes NPK convencionais balizam, em grande medida, a formação do preço de venda dessas categorias de produtos.

FERTILIZANTES ESPECIAIS: EXPECTATIVAS PARA 2024

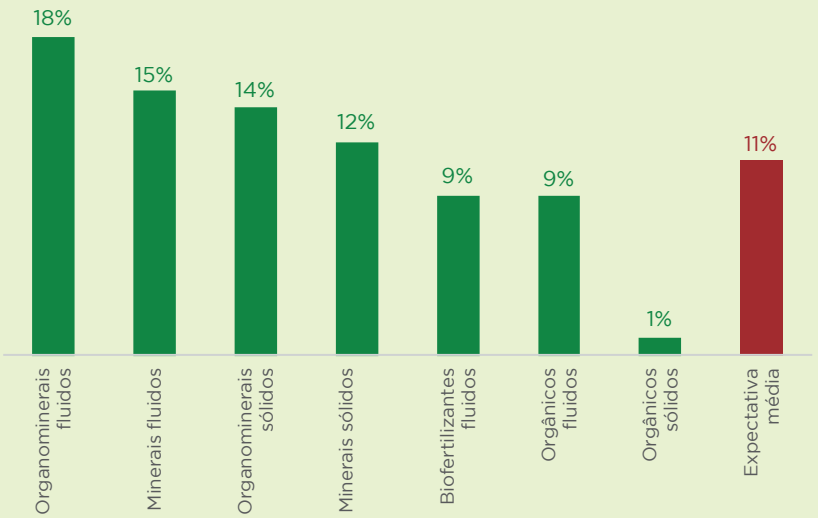
Apesar de 2023 ter apresentado um crescimento abaixo do esperado, os executivos da indústria estão otimistas em relação ao desempenho do setor em 2024.

Na pesquisa realizada em janeiro e fevereiro últimos, identificamos uma expectativa de crescimento para o setor de 11% considerando todas as categorias de produtos. Para as categorias biofertilizantes e minerais sólidos e fluidos, se espera a manutenção da trajetória de crescimento. As demais categorias devem recuperar uma parte do faturamento e, em alguns casos, apresentar um crescimento real. ■

Mesmo com os desafios previstos para 2024 na agropecuária brasileira, muitas oportunidades despontam no horizonte dos segmentos e indústrias representados pela Abisolo, havendo otimismo quanto ao desempenho dos fertilizantes especiais.

FERTILIZANTES ESPECIAIS: PESQUISA SOBRE EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO DO MERCADO

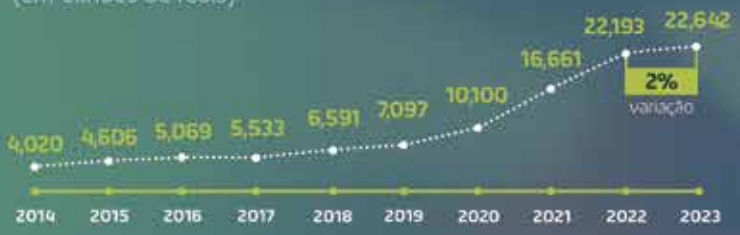
Considerando todas as categorias de produtos, a expectativa identificada em janeiro e fevereiro de 2024 é de um crescimento de 11%.



Fonte: Abisolo

O MERCADO BRASILEIRO DE FERTILIZANTES ESPECIAIS, CONDICIONADORES DE SOLO DE BASE ORGÂNICA E SUBSTRATOS PARA PLANTAS EM 2023

Vendas de Fertilizantes Especiais
(em bilhões de reais)





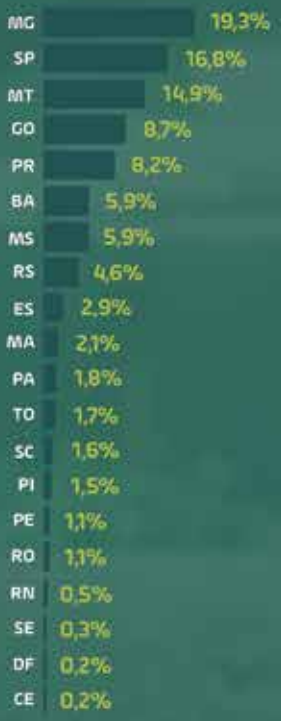


Investimento em PD&I
(em milhões de reais)



MÉDIA Últimos 9 anos — **2,8%** do faturamento

Vendas de fertilizantes especiais por estado
(Todas as Categorias)



VENDA DE **SUBSTRATO PARA PLANTAS** EM 2023 — **R$ 390 Milhões**

VENDA DE **CONDICIONADORES DE SOLO DE BASE ORGÂNICA** EM 2023 — **R$ 139 Milhões**

abisolo
Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal

abisolo.com.br

abisolo
abisolo.fertilizantes
abisolo_nutricao_vegetal

ESTRUTURA E LOCAL DO COCHO: DETALHE OU OBRIGAÇÃO?

SIMONE GARCIA
Consultora de serviços técnicos de bovinos de corte da Agroceres Multimix

NA PECUÁRIA, um programa de suplementação é fundamental para garantir o melhor desempenho e a saúde do rebanho. O sucesso dessa estratégia passa por um cocho em boas condições. Desde a localização e o acesso até o material e o tamanho, cada detalhe importa para garantir que os bovinos recebam a alimentação de maneira adequada, assim como um bom manejo. Portanto, é preciso fiscalizar o cocho regularmente, para garantir que não falte comida e, assim, seguir o planejamento estabelecido.

Imagine-se entrando em um restaurante com fome, esperando encontrar uma boa comida. Ao entrar no restaurante, você é informado que terá de aguardar alguns instantes, pois todos os pratos estão sendo utilizados pelos clientes que chegaram antes de você. Como se sentiria?

Agora, vamos para uma outra possibilidade. Imagine entrar nesse mesmo restaurante e se deparar com pratos em diferentes situações:

- alguns sujos;
- outros rachados;
- alguns rachados e sujos; e
- outros posicionados de qualquer maneira sobre a bancada.

Qual seria a sua reação? Você colocaria uma comida de qualidade em um prato sujo ou quebrado?

Assim como ter o prato limpo e adequado ao público no restaurante, ter o cocho em boas condições e ajustado à estratégia que escolhemos "servir" aos animais é fundamental.

O cocho desempenha o papel de receber e disponibilizar aos animais um alimento de boa qualidade, sendo condizente com a estratégia de suplementação empregada.

Sendo assim, a estrutura e a disponibilidade do cocho estão diretamente

DIVULGAÇÃO AGROCERES



relacionadas ao bom desempenho dos animais. O planejamento e a implantação dos cochos devem ser encarados como um projeto crucial dentro da fazenda, sendo este um dos pilares do sucesso de um programa de suplementação.

Para ajudar você, estão listados, nos tópicos que seguem, os principais pontos que devem ser levados em consideração quando o assunto é estrutura do cocho.

"...a estrutura e a disponibilidade do cocho estão diretamente relacionadas ao bom desempenho dos animais. O planejamento e a implantação dos cochos devem ser encarados como um projeto crucial dentro da fazenda..."

LOCALIZAÇÃO

Normalmente, o indicado é que o cocho esteja próximo à fonte de água, mas nem sempre é assim que acontece. Isso porque estratégias mais modernas de suplementação, baseadas no uso de ração – como recriação intensiva a pasto (RIP) e terminação intensiva a pasto (TIP) – recomendam que o cocho esteja cerca de 80 a 100 metros distante do bebedouro, evitando que o animal suje-o com o alimento que ainda possa estar na boca. Além disso, é indicado que o cocho esteja posicionado a, no mínimo, 15 metros de distância das cercas e das divisas, o que permite respeitar a zona de fuga do animal (região delimitada por ele na qual se sente seguro).

ACESSO

Busque posicionar o cocho em locais de fácil acesso tanto para os animais, como para o responsável pelo abastecimento. Afinal, ter um fácil acesso ao cocho facilita não só o consumo pelos animais, mas também a rotina de abastecimento. Pode parecer meio óbvio, mas é comum deparar-se com situações de difícil acesso aos cochos. Sendo assim:

- evite locais que possam alagar ou formar lama; e
- preste atenção à presença de pedras ou outros objetos que, além de atrapalhar o acesso ao cocho, possam machucar o animal.

É importante garantir que o animal se sinta seguro no local onde irá buscar alimento, água e descanso.

MATERIAL

Dê preferência a materiais resistentes e de fácil limpeza. Existem boas opções de materiais no mercado, como:

- concreto;
- madeira tratada;
- metal galvanizado; e
- borrachão (esteira transportadora de minério).

A escolha do material deverá levar em consideração o tipo de suplemento que será fornecido aos animais. Por exemplo, para a suplementação de sal mineral, não são recomendados cochos de concreto e metal, pois esses materiais sofrem corrosão. Lembre-se de que o barato, às vezes, sai caro se o material escolhido, por ser mais "em conta", demandar muita manutenção.

ESTRUTURA DO COCHO

Cochos elevados do solo possibilitam a melhor conservação do alimento ofertado, diminuindo o risco de



Fontes: APTA; Grupo ETCO

contaminação por fezes, urina, lama, entre outros. A altura do cocho (medida do solo até a borda superior da estrutura) deve possibilitar que todos os animais alcancem o alimento disponibilizado.

No caso de bezerros, os cochos de *creep feeding* devem ficar entre 40 e 50 centímetros de altura. Para animais em recria, essa altura deve ser entre 60 e 70 centímetros. Já para animais em engorda, a altura poderá ser por volta de 1 metro. Além disso, uma proteção pode ser fixada na parte aérea do cocho para evitar que os animais transitem sobre a estrutura.

Outro ponto que deve ser levado em consideração sobre a estrutura do cocho é a sua cobertura. Essa atenção com a cobertura deve existir quando o objetivo for trabalhar com estratégias de fornecimento semanal (proteinado e RIP) durante o período das águas. No caso de suplementos de rápido consumo, como proteico-energéticos, mesmo nas águas, não existiria a obrigação de os cochos serem cobertos.

Alimentos farelados, quando molhados, podem estragar facilmente, e, com isso, o consumo dos animais será comprometido. Outro ponto de atenção são os suplementos com ureia: quando ocorre o empoçamento de água em contato com ureia, podem ocorrer intoxicação e morte dos animais caso esse material seja consumido (água com ureia diluída).

TAMANHO DO COCHO

Os bovinos são animais que vivem em grupos, o que pode gerar uma competição pelos recursos, quando escassos, devido à hierarquia de dominância e liderança. Alguns indicativos podem alertar sobre a falta de área de cocho:

- Animais nas cabeceiras do cocho para acessar o suplemento. A famosa situação denominada "comendo pelas beiradas" não é um bom sinal na suplementação a pasto.

- Brigas no entorno da área de cocho, como uma disputa clara por espaço e alimento.

- Padrão de fezes heterogêneo, indicando que nem todos os animais estão consumindo o mesmo alimento.

- O chamado fundo de lote, onde animais dominantes conseguem acesso ao alimento e, assim, apresentam ganho de peso satisfatório, enquanto os demais acabam apresentando desempenho abaixo do esperado (fundo de lote) por não consumirem suplemento.

Para definir o tamanho do cocho, deve-se levar em consideração o número de animais e o tipo de suplemento ou ração que será fornecido.

Para a suplementação que será consumida ao longo do dia, o cocho pode ter um tamanho menor. Já para suplementos consumidos rapidamente, uma maior área de cocho será necessária para garantir que todos os animais tenham acesso ao alimento ao mesmo tempo.

QUADRO-RESUMO

Suplemento	cm linear/cab	Frequência de abastecimento	Cobertura nas águas
Sal mineral	3 a 5 cm	1 a 2 vezes na semana	Não
Mineral enriquecido	5 a 10 cm	1 a 2 vezes na semana	Sim
Proteinado	10 a 20 cm	2 a 3 vezes na semana	Sim
Proteico energético	20 a 30 cm	Diário	Não
Ração	30 a 35 cm	Diário ou semanal	Sim
Ração creep feeding	10 a 20 cm	Diário	Sim

Fonte: elaboração pela autora

DE VOLTA AO RESTAURANTE

Os pratos podem parecer apenas um detalhe na engrenagem de um bom estabelecimento, mas, na realidade, são ferramentas fundamentais para o seu sucesso. Os cochos devem ser vistos da mesma maneira.

Dedique tempo e atenção ao planejamento e à manutenção dessa estrutura, que, como toda boa ferramenta, quando bem projetada e bem cuidada, exerce um papel fundamental na nutrição e no desempenho dos animais.

Não menos importante, lembre-se de que de nada vale um bom prato vazio! Fiscalize o cocho regularmente, não deixe que falte comida, siga o planejamento e avalie se os resultados estão de acordo com os objetivos. Um bom manejo é fundamental para o sucesso do projeto. ■

"Dedique tempo e atenção ao planejamento e à manutenção dessa estrutura [o cocho], que, como toda boa ferramenta, quando bem projetada e bem cuidada, exerce um papel fundamental na nutrição e no desempenho dos animais."

BALANÇO DE 2023: COOXUPÉ DISTRIBUI MAIS DE R$ 100 MILHÕES PARA COOPERADOS

A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) anunciou resultados durante uma Assembleia Geral Ordinária em março último. O valor da distribuição a produtores é referente às sobras do ano anterior.

A COOXUPÉ distribuiu R$ 101,4 milhões, referentes às sobras de 2023, às famílias cooperadas, diante do resultado de R$ 286,8 milhões e do faturamento de R$ 6,4 bilhões conquistados no ano passado. O balanço anual foi divulgado e aprovado em uma Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de março último, na sede da Cooxupé, em Guaxupé, no sul de Minas.

Em 2023, a Cooxupé recebeu 6,5 milhões de sacas de café Arábica, das quais 5,3 milhões vieram dos mais de 19 mil cooperados com produção no sul e nas Matas de Minas, no Cerrado mineiro e na Média Mogiana do estado de São Paulo.

Em relação aos embarques, o resultado aponta 4,5 milhões de sacas enviadas aos mercados interno e externo, das quais 3,6 milhões foram destinadas às exportações para cinquenta países. Já a SMC Specialty Coffees, empresa de cafés especiais da Cooxupé, embarcou 154.885 sacas para esse nicho de mercado, das quais mais de 138.000 corresponderam às exportações.

A Cooxupé trouxe mais uma inovação aos seus negócios com a abertura de uma empresa própria para oferecer seguros aos seus cooperados, visando à proteção dos cafezais, da propriedade agrícola, entre outras necessidades.

Já o Protocolo "Gerações", programa próprio de sustentabilidade da Cooperativa lançado para a comunidade mundial do café durante o 9º Coffee Dinner & Summit, segue com iniciativas junto às famílias cooperadas, resultando na produção de cafés com qualidade e procedência comprovadas e chanceladas pelo protocolo.

"Estamos satisfeitos com os resultados conquistados, especialmente por conta dos desafios que enfrentamos, entre eles a questão do preço do café. Conseguimos alcançar as nossas metas e devolver ao cooperado um montante significativo em relação às sobras. Agradecemos ao nosso produtor pela confiança e ao nosso time de colaboradores que trabalha incansavelmente para o desenvolvimento das nossas famílias cooperadas", destaca o presidente da Cooxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo.

"A Cooxupé distribuiu R$ 101,4 milhões, referentes às sobras de 2023, às famílias cooperadas, diante do resultado de R$ 286,8 milhões e do faturamento de R$ 6,4 bilhões conquistados no ano passado."



Presidente Carlos Augusto Rodrigues de Melo



DIVULGAÇÃO COOXUPÉ

TORREFAÇÃO LANÇA NOVO CAFÉ E EMBALAGENS MODERNIZADAS PARA O VAREJO BRASILEIRO

Consumidores já encontram nos supermercados a versão Premium do café Evolutto, além das novas embalagens da marca Prima Qualità.

A partir do mês passado, o consumidor brasileiro já passou a encontrar no varejo nacional e no *e-commerce* a versão Premium do café Evolutto e as novas embalagens da marca Prima Qualità. Os lançamentos da Torrefação Cooxupé chegam para seguir as tendências do mercado.

Segundo o superintendente de Torrefação e Novos Negócios da Cooperativa e da SMC Specialty Coffees, Mário Panhotta da Silva, os novos produtos atendem as tendências de comportamento do consumidor de café. "É preciso estar atento às mudanças do mercado para sempre oferecer as melhores opções", ressalta.

Panhotta explica que o Evolutto Premium é um café superior, 100% Arábica, com origem nas famílias produtoras do sul de Minas e do Cerrado mineiro. "Blendamos os melhores grãos de cada região para criar uma bebida única e especial. A nossa torra cuidadosa extrai todo o potencial do grão para ressaltar sabores e aromas do café", detalha. Atualmente, o consumidor encontra, ainda, as versões Evolutto Extraforte e Tradicional.

Já a marca Prima Qualità, voltada para cafés *gourmet* e especiais, é apresentada ao varejo nacional com novas embalagens. Além dos produtos de linha disponíveis durante o ano todo, a marca atua com microlotes e edições limitadas.

"Por meio de pesquisas, desenvolvemos uma embalagem mais minimalista e sofisticada, com mais informações sobre a qualidade dos produtos e a transparência da Cooperativa, além do destaque para o perfil sensorial do café. Incluímos, ainda, o selo Cooxupé, que valoriza a produção regional e a preocupação social da Cooperativa. Tudo isso agrega ainda mais valor ao produto", afirma Panhotta.

As linhas de cafés da Cooxupé estão disponíveis em pontos de venda de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, além de canais online e de *e-commerce* pelo site www.cafescooxupe.com.br. ■

"...o consumidor brasileiro já passou a encontrar no varejo nacional e no *e-commerce* a versão Premium do café Evolutto e as novas embalagens da marca Prima Qualità. Os lançamentos da Torrefação Cooxupé chegam para seguir as tendências do mercado."



DIVULGAÇÃO COOXUPÉ

ALTERNATIVAS PARA AMPLIAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA



TIRSO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

A AGRICULTURA urbana, o conjunto de atividades relacionadas à produção de alimentos e conservação dos recursos naturais dentro dos centros urbanos ou em suas periferias, está emergindo como uma alternativa para enfrentar desafios relacionados à alimentação e emprego nas cidades. Em face dos problemas globais de segurança alimentar, desemprego urbano e degradação ambiental, a agricultura urbana surge como uma estratégia multifacetada no enfrentamento dessas questões complexas e complementar à produção rural.

O campo demonstra sua importância no dia a dia, com os produtores rurais garantindo a segurança alimentar e a base das economias paulista e nacional. Como um complemento para a ampliação da produção, a agricultura urbana apresenta algumas vantagens, como: a redução da dependência das grandes cadeias de suprimento, aumentando a resiliência alimentar das comunidades urbanas, especialmente em situações de crise ou emergência; a redução das emissões de gases do efeito estufa ao diminuir a necessidade de transporte de alimentos; e práticas como compostagem e uso eficiente de recursos hídricos, que promovem a sustentabilidade ambiental.

Além disso, espaços verdes e hortas urbanas melhoram a estética das cidades, promovem a biodiversidade e proporcionam oportunidades de recreação e interação social. É uma ferramenta de promoção da inclusão social, oferecendo oportunidades de emprego, capacitação e educação para comunidades marginalizadas ou de baixa renda, assim como incentiva a inovação nas técnicas agrícolas, a exemplo da agricultura vertical e aquaponia.

Os desafios que precisam ser vencidos são, principalmente: limitações de espaço para práticas agrícolas, exigindo soluções criativas para maximizar o uso de terrenos disponíveis, como telhados, paredes e espaços verticais; escassez de água, especialmente em regiões onde os recursos hídricos são limitados ou já estão sob pressão devido ao uso humano e industrial; regulamentações municipais, que, muitas vezes, não estão adaptadas para a agricultura urbana, dificultando o estabelecimento e a operação de projetos agrícolas dentro das cidades; e falta de conscientização e compreensão da sociedade sobre os benefícios da agricultura urbana.

Em resumo, apesar de enfrentar uma série de desafios, essa alternativa agrária também oferece possibilidades significativas para as comunidades urbanas. Ao abordar questões de segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e inclusão econômica e social, a agricultura urbana pode desempenhar um papel crucial na construção de cidades mais resilientes e sustentáveis para o futuro. ■



SHUTTERSTOCK

PRODUZIR

A MODERNIZAÇÃO DA LEI DOS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



A RELAÇÃO da atividade agropecuária com a preservação do meio ambiente é pauta das mais relevantes não apenas para quem está envolvido diretamente no tema, mas para toda a sociedade brasileira. Não faltam questões delicadas, que precisam ser analisadas com base em dados científicos (não ideológicos) para que o entendimento seja o mais assertivo possível. Essa é uma página que a SRB acredita que finalmente está sendo virada.

Um exemplo disso é o Projeto de Lei (PL) nº 1.459/22, o chamado "PL dos Defensivos", que tem diversos outros nomes, a depender da visão de quem aborda o tema – vozes contrárias à Lei preferem chamá-lo de PL dos Agrotóxicos, ou ainda de PL do Veneno, para os mais radicais.

Foram duas décadas de discussão até que o Congresso Nacional chegasse a um consenso sobre o tema. O objetivo principal sempre foi modernizar as regras que regulam a pesquisa, produção e comercialização de agroquímicos no Brasil, produtos fundamentais para garantir o controle de pragas e doenças, preservando a produtividade das lavouras.

O primeiro PL foi apresentado em 1999, pelo ex-ministro (então senador) Blairo Maggi. Depois, foram várias idas e vindas para avançar com a pauta. A ministra Tereza Cristina foi uma das lideranças políticas que atuou fortemente para que o substitutivo ao projeto original fosse aprovado na Câmara dos Deputados em 2022.

No ano passado, com mais o apoio do ministro do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Carlos Fávaro, e articulação do secretário da Secretaria de Política Agrícola (SPA), Neri Geller, a proposta foi finalmente aprovada no Senado Federal. Logo em seguida, porém, boa parte dos itens foi vetada pela Presidência da República, o que levou a mais uma mobilização no Congresso Nacional, neste início de ano, para a derrubada dos vetos.

Estou relembrando essa história para reforçar a importância do tema para a agricultura brasileira. Ao contrário do que muitos insistem em dizer, essa proposta, na prática, traz mais segurança para produtores e consumidores.

A antiga Lei dos Agrotóxicos, do final da década de 1980, ficou defasada. Produtos modernos, de baixa toxicidade, já podiam estar sendo adotados na agricultura brasileira, substituindo aquelas tecnologias ultrapassadas, mas a burocracia da Lei não permitia que isso ocorresse.

Duas questões importantes foram garantidas com a derrubada de alguns vetos. A principal delas é ter o MAPA como o principal órgão responsável pela liberação dos registros desses produtos, trabalhando de forma integrada com outras áreas do Governo, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mas sem a insegurança jurídica que fazia com que processos aguardassem por quase dez anos para que fossem analisados por determinado órgão fiscalizador. O segundo ponto é justamente esse prazo: agora, são, no máximo, dois anos para que se avalie a liberação de um produto.

Como principal recado, quero reforçar aos brasileiros que fiquem tranquilos. O agricultor jamais apoiaria medidas que colocassem em risco a saúde de nossas famílias, sejam produtoras ou simplesmente consumidoras do que sai do campo. A partir de agora, ficamos mais perto das legislações mais modernas, que estão em vigor em diferentes países. Alguns pontos não foram atendidos, é verdade, mas o importante é seguir avançando no caminho do desenvolvimento sustentável, para todos. Felizmente, prevaleceu o bom senso científico. Como disse no início, viramos a página, superando a discussão ideológica sobre os pesticidas. ■

"Foram duas décadas de discussão até que o Congresso Nacional chegasse a um consenso sobre o tema [a normatização dos defensivos agrícolas]. O objetivo principal sempre foi modernizar as regras que regulam a pesquisa, produção e comercialização de agroquímicos no Brasil..."



OPINIÃO

APOIO TÉCNICO PARA RECONSTRUIR A AGRICULTURA GAÚCHA

GUILHERME PIAI FILIZZOLA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

A DESTRUIÇÃO e as mortes provocadas pelas fortes chuvas que assolaram o Rio Grande do Sul provocaram uma onda de solidariedade por todo o País. O agro paulista uniu-se e, rapidamente, enviou milhares de litros de água e toneladas de mantimentos. Era urgente socorrer o povo gaúcho com itens de primeira necessidade.

No decorrer dos dias, vimos áreas agrícolas inteiras destruídas. Rebanhos mortos. Anos de pesquisas estão perdidos sob a água. Um cenário triste demais para quem dedica sua vida a produzir alimentos. Decidimos, então, que era hora de colaborar com a recomposição da produção agrícola do estado. Para isso, criamos, dentro da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, um Grupo de Trabalho (GT) para organizar o envio de técnicos a fim de dar suporte para produtores rurais na retomada da produção e da economia agrícola do Rio Grande do Sul.

Recompor um setor inteiro leva tempo e dinheiro e requer conhecimento técnico. Nas áreas de cultivo, por exemplo, a lama que cobriu as plantações está cheia de detritos. O solo foi contaminado e precisa ser recomposto para voltar a produzir com eficiência. Nas granjas de porcos e de aves, muitas matrizes foram perdidas com a invasão das águas durante os temporais. A recomposição desses plantéis pode levar anos. Nas fazendas de criação de gado de corte e leite, muitos animais morreram e o pasto também foi afetado; está tudo contaminado. Em algumas regiões tradicionais produtoras de uva e vinho, os parreirais foram destruídos.

Enquanto esse processo de reconstrução acontece, publicamos um Decreto que permite a entrada e venda de produtos de origem animal do Rio Grande do Sul – e que antes não podiam ser comercializados fora daquele estado. A medida foi autorizada pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), por meio da Portaria nº 17, de 15 de maio último.

Essa medida garante ainda mais suporte aos afetados, com o objetivo de preservar a rentabilidade dos produtores do Rio Grande do Sul. A decisão foi deliberada após o envio de carta aberta da Associação Gaúcha de Laticinistas e Laticínios (AGL) para o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) solicitando autorização do órgão federal para o comércio dos produtos de origem animal em todo o território nacional, em caráter excepcional.

A partir deste mês, em parceria com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS), serão enviados ao estado técnicos da CDA e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) – órgãos da Secretaria de Agricultura –, além de profissionais de TI. Divididos em equipes, os profissionais seguirão para o Rio Grande do Sul em *vans* e caminhonetes da CDA, veículos equipados para auxiliar nas áreas rurais atingidas, apoiando os produtores e avaliando os impactos da emergência climática. Ademais, estão previstas doações de equipamentos e aquisição de itens para a retomada da extensão rural no estado gaúcho.

Vale ressaltar que, para recompor um setor inteiro, é necessário tempo, dinheiro e conhecimento técnico. Não mediremos esforços para ajudar na reconstrução do agro gaúcho. O nosso agro tem força. ■

"...criamos, dentro da Secretaria de Agricultura e Abastecimento [do Estado de São Paulo], um Grupo de Trabalho (GT) para organizar o envio de técnicos a fim de dar suporte para produtores rurais na retomada da produção e da economia agrícola do Rio Grande do Sul."

REFLEXÃO

BANCO CENTRAL, O AGRO E O FUTURO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



Há que voltar a semear, mesmo depois de uma má colheita.
Sêneca

NA LUTA por juros compatíveis à atividade produtiva, o agro sofre, mas não tem a menor dúvida de que o Banco Central do Brasil (BCB) faz o melhor para o País. Afinal, nosso futuro depende disso, sem atalhos ou populismos.

Independentemente do momento, mesmo com as preocupações globais e da macroeconomia no Brasil, o agro segue investindo.

Nas mais variadas regiões do País, as feiras agrícolas mostram a revolução verde contínua que se faz no Brasil, com investimentos crescentes – nacionais e internacionais – e ganhos de produtividade anual a taxas até três vezes maiores do que a dos países ditos competitivos. Esse atributo do agro brasileiro, inegável, em fase global de valorização do "verde" (com inseguranças alimentar e energética), e na luta contra o aquecimento global, faz do Brasil agro uma prioridade aos investimentos estrangeiros, fundamentais quando acompanhados do processo de inovação.

O agronegócio brasileiro, com clara capacidade competitiva, em face da Ciência aplicada, é um exemplo para as políticas públicas do País, fato derivado do desenvolvimento da tecnologia e de uma madura relação do produtor com os institutos de pesquisa público-privados, universidades e empresas – de insumos modernos e de máquinas e implementos.

Na agricultura, seja nos momentos bons ou ruins, é preciso seguir semeando! Sob seca ou chuvas demasiadas – ou com as crescentes dificuldades econômicas no País, a crise dos conflitos na Europa e no Oriente Médio –, aconteceu, entre 28 de abril e 2 de maio último, a Agrishow, em Ribeirão Preto-SP, mais uma vez exitosa! Um banho de tecnologia, inovações, ações públicas e privadas, em meio a um ambiente político complexo e de extremos. Uma verdadeira festa do agro anunciando sua eficiência, em meio às cooperativas, empresas de insumos, máquinas e equipamentos, inteligência artificial e *start-ups*, com a consciência dos limites dos recursos e dos altos juros.

Ao olharmos, no entanto, para o que se espera do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), percebemos com tristeza, para 2024 e 2025, um PIB brasileiro que crescerá a metade daquilo que está previsto para países emergentes. Isso em meio a incidentes climáticos, à falta de uma política efetiva de seguro rural, a uma constante e desagradável posição de rótulo conferida ao agro pelo governo federal e a uma imagem que mostra ao mundo um país claramente dividido. O BCB e o agro são o ponto alto de 2024, sem dúvida.

O BCB em sua diuturna luta pela correta política monetária, e o agro em sua luta pela cooperação multilateral. Reduzir custos e reduzir riscos da fragmentação geopolítica observada são prioridades do BCB e do agro na defesa da consolidação fiscal, fundamental à sustentabilidade nos anos vindouros.

Aos trancos e barrancos, entre rótulos preconceituosos e narrativas distorcidas, esses agentes seguem em sua tarefa de elevar o Brasil.

Nesse momento difícil, com o desastre das chuvas que destruíram cidades e campo no Rio Grande do Sul, vale refletir sobre o que é prioridade no Brasil quando se tem uma agroindústria a céu aberto em tempo de mudanças climáticas. ■

"Reduzir custos e reduzir riscos da fragmentação geopolítica observada são prioridades do BCB e do agro na defesa da consolidação fiscal, fundamental à sustentabilidade nos anos vindouros."

fgv.br/mba

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:
AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

INSCREVA-SE



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.



PESQUISA COOP AGRO NA AGRISHOW

INFORMAÇÃO É A SEMENTE DA EVOLUÇÃO

Durante a **Agrishow 2024**, a Casa do Cooperativismo Paulista foi palco para a Pesquisa Coop Agro, que buscava entender os principais desafios e as necessidades dos produtores rurais.

Serviços para Enfrentamento dos Desafios Climáticos

40% consideram o seguro como algo crucial que a cooperativa poderia oferecer.

30% reconheceram a importância do serviço de monitoramento e envio de previsões.

Fatores para Filiação à Cooperativa

49% consideram a assistência técnica como fator-chave para se filiar, destacando o suporte técnico especializado.

Dificuldades na Contratação do Seguro Rural

41% apontaram o custo elevado como principal dificuldade.

Para conferir mais publicações exclusivas e gratuitas sobre o agronegócio e os impactos no cooperativismo paulista, acesse o portal do Sistema Ocesp.

Acesse pelo QR code ou pelo site: **www.sistemaocesp.coop.br**

*Fonte: Sistema Ocesp – Núcleo de Inteligência de Mercado

Sistema Ocesp.
O sistema de desenvolvimento das cooperativas.

E-mail: relacionamento@sescoopsp.coop.br
@sistemaocesp

SistemaOcesp